

RELATÓRIO E CONTA DE GERÊNCIA

2018



AGRADECIMENTOS

O Conselho Diretivo da Fundação Gaspar Frutuoso deseja expressar o seu reconhecimento às seguintes entidades:

- Ao Gabinete de Projetos da Vice-Reitoria para a Ciência e Tecnologia da Universidade dos Açores, pela partilha de experiências e *know-how* na gestão de projetos de I&D;
- A todos os investigadores e docentes da Universidade dos Açores pelas suas iniciativas, compreensão e aceitação das regras de funcionamento da Fundação;
- Às entidades financiadoras, e em particular às nacionais e regionais, na medida em que um bom entendimento tem promovido a passagem de conhecimento, que nos permite reduzir o risco associado a despesas de elegibilidade duvidosa;
- A todas as outras entidades que recorreram aos serviços da Fundação e que contribuíram para o seu desenvolvimento;
- A todos os funcionários e colaboradores da Fundação, pelo empenho e pela qualidade do serviço que desenvolvem.

SIGLAS REFERENCIADAS NO RELATÓRIO

AF	Apoio ao Funcionamento
CD	Conselho Diretivo
CI	Centro de Investigação
DRCT	Direção Regional da Ciência e Tecnologia
ERP Primavera	<i>Software</i> contabilístico
FCAA	Faculdade de Ciências Agrárias e do Ambiente
FCT	Faculdade de Ciências e Tecnologia
FCT, I.P.	Fundação para a Ciência e Tecnologia, IP
FF	Fontes de Financiamento
FGF	Fundação Gaspar Frutuoso, FP
GestPro	<i>Software</i> de gestão de projetos
GRA	Governo Regional dos Açores
IGCP	Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública
INTERREG MAC 2014-2020	Programa de Cooperação INTERREG V A Espanha-Portugal MAC (Madeira-Açores-Canárias) 2014-2020
IR	Investigador Responsável
OE	Orçamento de Estado
OH	<i>Overheads</i>
OO	Objetivos Operacionais
ORAA	Orçamento da Região Autónoma dos Açores
PA	Plano de Atividades e Orçamento
PI	Projetos de Investigação
PS	Prestações de Serviços
PO AÇORES 2020	Programa Operacional Açores 2020
RAA	Região Autónoma dos Açores

REO	Regra do Equilíbrio Orçamental
RH	Recursos Humanos
SNC-AP	Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública
UAc	Universidade dos Açores
UniLEO	Unidade de Implementação da Lei de Enquadramento Orçamental
UOEI	Unidade Orgânica de Ensino e Investigação

ÍNDICE

1.	NOTA INTRODUTÓRIA.....	1
2.	MONITORIZAÇÃO DOS OBJETIVOS OPERACIONAIS DEFINIDOS NO PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2018.....	5
3.	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS COM O INQUÉRITO DE SATISFAÇÃO AO CLIENTE	12
4.	ANÁLISE DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2018	16
4.1.	Candidaturas e elaboração de novas propostas	16
4.1.1.	Projetos de investigação	16
4.1.2.	Prestações de serviços de Investigação e Desenvolvimento a diferentes entidades públicas ou privadas.....	17
4.1.3.	Atribuição de Bolsas de Investigação Científica	17
4.1.4.	Atividades transversais	18
5.	RECURSOS HUMANOS	26
6.	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.....	28
7.	INVESTIMENTOS.....	31
8.	FINANCIAMENTO DA ATIVIDADE.....	32
9.	SITUAÇÃO PATRIMONIAL.....	34
10.	EVOLUÇÃO DE RENDIMENTOS E GASTOS.....	37
11.	FISCALIZAÇÃO DA FUNDAÇÃO	43
12.	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	44
13.	DESAFIOS.....	45
	ANEXO I. ORÇAMENTO DE DESPESA PREVISTA E EXECUTADA EM 2018.....	xi
	ANEXO II. ORÇAMENTO DE RECEITA PREVISTA E EXECUTADA EM 2018.....	xiii
	ANEXO III. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESPECTIVAS NOTAS EXPLICATIVAS	xv
	ANEXO IV. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO.....	xxvi

ANEXO V. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS..... xxix

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Principais resultados do Inquérito de Satisfação (grau de satisfação de 1 a 5) ao Trabalho da FGF.....	13
Figura 2. Resultados do inquérito de satisfação em relação à utilidade do programa GestPro.....	15
Figura 3. Número de contratos de bolsas de doutor, mestre, licenciado e outros, celebrados pela FGF em 2018.....	18
Figura 4. Número de centros de custo ativos em 2018 na FGF, por tipologia de produto.	19
Figura 5. Evolução da receita cobrada e dos <i>overheads</i> de 2015 a 2018.	20
Figura 6. Receita cobrada, execução, e <i>overheads</i> cobrados durante o ano de 2018 por tipologia de produto.	21
Figura 7. Receita cobrada, execução e <i>overheads</i> cobrados durante o ano de 2018 nas verbas de apoio ao funcionamento dos centros por fonte de financiamento (DRCT e FCT).	22
Figura 8. Execução, receita cobrada e <i>overheads</i> cobrados durante o ano de 2018 nas prestações de serviços de ciência e tecnologia por setor (público e privado).....	23
Figura 9. Receita cobrada, execução e <i>overheads</i> cobrados durante o ano de 2018 nas prestações de serviços de ciência e tecnologia por Unidade Orgânica de Ensino e Investigação (UOEI).....	23
Figura 10. Receita cobrada, execução e <i>overheads</i> cobrados durante o ano de 2018 em projetos de investigação por Unidade Orgânica de Ensino e Investigação (UOEI). ..	24
Figura 11. Receita cobrada, execução e <i>overheads</i> cobrados durante o ano de 2018 nos projetos de investigação por fonte de financiamento.	25
Figura 12. Gastos com o pessoal de 2016 a 2018.	26
Figura 13. Evolução da atividade da Fundação Gaspar Frutuoso entre 2014 e 2018.....	37
Figura 14. Estrutura de gastos da Fundação no corrente exercício (ano de 2018).	38
Figura 15. Distribuição percentual das rubricas de despesas de funcionamento da Fundação no ano de 2018.....	39
Figura 21. Estrutura de Rendimentos da Fundação no ano de 2018.....	39

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Gastos com pessoal.	27
Tabela 2. Situação líquida da Fundação Gaspar Frutuoso.	35
Tabela 3. Gastos de funcionamento da estrutura administrativa da Fundação Gaspar Frutuoso, nos anos de 2017 e de 2018.	38
Tabela 4. Evolução das rubricas de gastos e de rendimentos entre os anos de 2017 e de 2018.	41

1. NOTA INTRODUTÓRIA

Este documento, apresentado ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 15.º dos Estatutos da Fundação Gaspar Frutuoso, FP (FGF), constitui o Relatório e Conta de Gerência referente ao exercício de 2018.

A construção deste relatório fez-se com base na recolha, tratamento e interpretação, de toda a informação necessária para a compreensão da situação financeira e atividade da FGF.

A FGF tem por fim, no quadro de uma estreita colaboração com a Universidade dos Açores (UAc), fomentar atividades de cariz científico, tecnológico, social, cultural, artístico, desportivo, económico e ambiental, entre outros, através da promoção e da participação em concursos, programas e projetos, assim como do desenvolvimento de ações de formação, consultoria e divulgação.

A atividade da FGF e da estrutura que a suporta tem-se pautado por uma total coordenação com a Reitoria, as Faculdades, os Institutos, os Centros e Núcleos de Investigação da UAc.

Em 2018 a FGF viveu um período relativamente conturbado quanto à entrada de receita relativa a projetos de investigação regionais. A aprovação tardia e a falta de pagamento das respetivas portarias motivaram a suspensão do arranque financeiro de alguns projetos, cujo período de elegibilidade deveria ter início em janeiro, mas que só tiveram execução autorizada em setembro de 2018. Este facto exigiu um enorme esforço por parte da equipa do Gabinete de Gestão, concentrado no último quadrimestre do ano, período que já é, habitualmente, complicado.

Devido à tomada de posse, em 2018, de um novo Conselho Diretivo (doravante designado por CD), foram mantidos os dois grandes objetivos estratégicos, não se pretendendo comprometer a tomada de decisão dos novos membros: i) garantir a boa gestão e execução dos projetos de investigação e prestações de serviços de I&D; e ii) consolidar a estrutura interna de funcionamento, adequando-a às necessidades dos investigadores e, sobretudo, às das entidades financiadoras.

Em 2018, os desafios passaram pela conciliação da gestão orçamental com a execução de projetos sem adiantamento de receita. Na gestão da investigação científica, por entidades que, tal como a Fundação, não beneficiam de transferências diretas do Orçamento de Estado, o cumprimento da Lei dos compromissos e pagamentos em atraso é, claramente, um contrassenso. A incerteza na transferência de fundos condiciona todo um processo de execução de despesa, potenciando pagamentos em atraso. A nível orçamental, a solução tem sido o adiantamento por verbas de Receitas Próprias do próprio ano, quando as há.

O ano de 2018, ao nível dos rendimentos e gastos, registou o exercício económico de maior atividade operacional de sempre, representando um aumento de 19% do nível de rendimentos (3.065.252,53€) e dos gastos (3.031.045,36€). Estas variações, decorrentes da atividade operacional, permitiram apresentar um resultado operacional positivo, superior ao do ano anterior.

Para fazer face às suas obrigações, a Fundação (sede) contou com 9 colaboradores, sendo 2 do quadro da FGF, 4 com contrato de trabalho a termo resolutivo certo, 2 estagiários L, e um por cedência de interesse público, que faz parte dos órgãos sociais. Contou ainda com 4 prestadores de serviço. Em particular, e no que concerne à execução dos projetos de investigação e prestações de serviço, contou com 31 bolseiros de investigação. O número de colaboradores com estatuto de bolseiro varia muito, dado que corresponde a necessidades relacionadas com decisões estratégicas, temporárias, de apoio a áreas específicas de interesse para a comunidade científica da UAc. A FGF contou, ainda, com 28 colaboradores com contrato de trabalho a termo resolutivo certo, também associados às atividades dos projetos de investigação e prestações de serviços de I&D.

Relativamente ao financiamento por parte do Governo Regional dos Açores (GRA), e no que se refere a projetos de investigação financiados exclusivamente pelo Orçamento da Região Autónoma dos Açores (ORAA), pela primeira vez, a taxa de reporte de despesa foi igual à taxa de pagamentos, sendo que a FGF terminou o ano com todos os pagamentos efetuados. Já em relação a prestações de serviços, a taxa de pagamentos foi mais elevada do que a de anos anteriores, mas nem todas as faturas foram pagas dentro do período de vencimento. Quanto a projetos de investigação com financiamento nacional, referimo-nos à Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P. (FCT, I.P.), a taxa de

pagamentos apresentou grandes atrasos. No que concerne a projetos com financiamento comunitário (Açores 2020), verificaram-se prazos de análise mais reduzidos, acompanhados de pagamento quase imediato. A cadência nos pagamentos influenciou positivamente o resultado líquido apurado.

Pela negativa, apontamos o facto de que, em 2018, tal como em 2017, e no que concerne à recuperação do investimento que nos encontramos a realizar no âmbito de quatro projetos cofinanciados ao abrigo do programa INTERREG V-A MAC 2014-2020, geridos na Região Autónoma dos Açores (RAA), pela Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais, apesar dos projetos contarem com dois anos de execução, a Autoridade de Gestão ainda agora iniciou a validação de despesa. Registamos um enorme desequilíbrio ao nível de execução em 2018. Enquanto que a despesa realizada e paga ascende a 130 000€, até 31 de dezembro de 2018 a Autoridade de Gestão procedeu à validação e transferência de 32.500€.

Quanto aos projetos aprovados no âmbito do Eixo 1 do Programa Operacional Açores 2020 (PO AÇORES 2020), o arranque da execução física e financeira ocorreu no final de 2016, contando já com dois anos de execução. Não havendo constrangimentos em termos de reporte, nem de sistema de informação, o término destes projetos está previsto para o 2.º semestre de 2019, caso não haja pedidos de prorrogação temporal por motivos científicos. Ao longo destes dois anos de gestão, a FGF foi enviando sugestões de melhoria à Autoridade de Gestão. Apesar de esta ter tomado boa nota das nossas sugestões, nenhuma delas se tem visto refletida nos procedimentos. Referimo-nos, por exemplo, à limitação a uma única reprogramação do tipo: física, temporal e financeira. Uma única reprogramação não corresponde, de todo, às necessidades de projetos plurianuais. No caso em apreço, os projetos podem atingir, no máximo, quatro anos civis. Outro grande constrangimento prende-se com a aplicação de um limite máximo, no que concerne ao alojamento em território nacional (até 50€/noite), valor este que não colhe fundamento na Legislação relativa ao abono de ajudas de custo e de transporte aplicável à Função Pública. Dado que não consta do aviso de candidatura, nem da orientação relativa à análise de elegibilidade da despesa, em nosso entender só pode ser justificado como interpretação incorreta da legislação por parte da estrutura de apoio técnico da Autoridade de Gestão. Nesta data, contamos com mais de 30 projetos em execução, com

inúmeras deslocações em serviço, não só do Investigador Responsável, mas também de vários elementos das equipas, e com uma forte restrição ainda ao nível do valor do alojamento.

2. MONITORIZAÇÃO DOS OBJETIVOS OPERACIONAIS DEFINIDOS NO PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2018

O ano de 2018, tal como foi previsto no plano de atividades, foi um ano de mudanças no Conselho Diretivo, na medida em que os mandatos dos seus membros se encontram associados ao mandato do Reitor eleito. As eleições decorreram em fevereiro de 2018, tendo os novos membros tomado posse a 26/04/2018. Neste sentido, os objetivos definidos para 2018 não foram demasiado inovadores, até para não comprometer a sua execução pelo novo Conselho Diretivo.

Em 2018 os dois objetivos estratégicos definidos tiveram por base os fins subjacentes à criação da Fundação, as responsabilidades desta para com a sua entidade fundadora, as solicitações dos seus clientes, bem como a situação que se verifica no que concerne aos recursos disponíveis. É sobre este particular que nos debruçamos de seguida.

OE1: garantir a boa gestão e execução dos projetos de investigação e prestações de serviço de investigação e desenvolvimento;

Objetivos operacionais:

OO1.1: Responder eficazmente às solicitações no âmbito dos processos de autorização de despesa, reduzindo o tempo médio de resposta já encetado em anos anteriores, e compensando a morosidade imposta por novos mecanismos burocráticos decorrentes da inclusão da FGF no perímetro do Orçamento de Estado;

Remetemos para o ponto 3 deste relatório a resposta a este objetivo, mais concretamente para os resultados apurados com o inquérito de satisfação realizado em janeiro de 2018. A este nível, os resultados apresentados centram-se nas respostas 3 (satisfeito 25%), 4 (muito satisfeito, 41,7%) e 5 (totalmente satisfeito, 23,8%), perfazendo uma pontuação de 90.5%, a meta definida era de > 85%, pelo que se considera o objetivo superado.

OO 1.2: Controlar e monitorizar o prazo de submissão dos pedidos de pagamento, e posterior análise e pagamento, junto das entidades financiadoras;

A monitorização deste objetivo veio demonstrar que a FGF não tem revelado muita dificuldade no que ao cumprimento de prazos se refere, mas sim no que respeita à justificação técnica da despesa a constar nos pedidos de pagamento/reembolsos/balancetes financeiros. Neste sentido, temos vindo a promover maior difusão desta necessidade junto dos Investigadores Responsáveis (IRs), de modo a sensibilizá-los para que, na fase de pedido de autorização de despesa, tenham maior cuidado e atenção à fundamentação da despesa e respetivo enquadramento no âmbito das tarefas do projeto de investigação. Na ótica dos investigadores, e de acordo com os resultados obtidos no inquérito de satisfação, as respostas a esta questão centraram-se no grau 3 satisfeito (21,4%), grau 4 muito satisfeito (44%) e grau 5 totalmente satisfeito (28,6%), com uma pontuação final de 94%, o que supera a meta definida e que era de > 90%.

Já no que toca ao período de análise e respetivo pagamento, sempre que ultrapassado o prazo legalmente estabelecido para este efeito, numa base semanal, passamos a enviar comunicações, via email, a cada gestor de projeto, a lembrar das dificuldades de gestão orçamental e de tesouraria que tais atrasos têm no Gabinete de Projetos, com forte impacto no desenvolvimento das atividades de investigação. Em termos gerais, o objetivo foi superado, mas carece de muito acompanhamento na parte de controlo dos tempos de análise e dos pedidos de pagamento, aplicável a todas as entidades financiadoras.

OO 1.3: Otimizar o sistema de controlo interno no que concerne à emissão de faturação e ao recebimento dentro do prazo de vencimento;

Foi introduzido um procedimento de controlo, tanto na fase de emissão, como na fase de pagamento ou falta deste. Quanto à fase da emissão de faturação, cumpre ao Investigador Responsável efetuar o pedido, na medida em que implica o envio de relatórios de progresso intercalares ou finais. Conforme se pode constatar pelos resultados apurados no inquérito de satisfação que realizámos, a maioria dos Investigadores declarou estar satisfeito (21,4%), muito satisfeito (46,9%) ou totalmente satisfeito (25,9%), o que perfaz uma pontuação total de 93,8%, a meta

era de > 95%, pelo que, apesar do resultado ser considerado muito bom, ficou ligeiramente aquém da meta.

Quanto ao pagamento, a FGF possui um controlo diário de toda a receita entrada, pelo que o IR é informado, em regra no próprio dia, via email, de que a mesma foi creditada no respetivo centro de custos. Considera-se que este objetivo estará sempre em execução, dado que, até pela sua natureza, é dificilmente finalizável.

OO 1.4: Promover a recuperação dos montantes devidos à FGF no âmbito de prestação de serviços cujo prazo de pagamento das faturas a crédito se encontra vencido, através de negociação com as empresas devedoras ou em último recurso através de procedimento judicial. O mesmo procedimento deverá ser aplicado às entidades parceiras que não transfiram para a FGF os montantes contratualizados no âmbito dos projetos de investigação;

Em relação a faturas com prazo de pagamento vencido há mais de 90 dias, sendo que os créditos mais antigos datavam de 2011 e pensavam-se já incobráveis, foi envidado um grande esforço implementado já em 2017, e que vimos concluído em 2018, para a maioria dos planos de pagamentos contratualizados. Tal sucesso ficou a dever-se, em grande parte, ao facto da FGF se ter adaptado às disponibilidades de tesouraria de cada cliente *per si*. Já no que se refere a projetos de investigação financiados exclusivamente pela FCT, nos quais a FGF não assume o perfil de entidade proponente, mas sim de entidade participante, aplicável à maioria dos projetos FCT que se encontra a gerir, o pagamento é efetuado à entidade proponente, que depois deverá transferir o apoio para as respetivas entidades participantes. Porque as entidades proponentes também sentem grandes dificuldades de tesouraria, uma das estratégias utilizadas é atrasar as transferências de verbas para as entidades participantes, sendo que a FGF já teve casos em que este período foi superior a quatro anos. Por um lado, a FCT não informa as entidades participantes da data de pagamento, o que permitiria que esta pudesse pressionar a proponente; por outro lado, quando o participante apresenta denúncia à FCT, por falta de transferência do apoio devido, não encontra qualquer proteção legal, ficando à mercê da boa vontade da entidade proponente. Este é certamente um aspeto que carece de revisão no contexto dos procedimentos aplicáveis pela

FCT, e que a FGF tenciona fazer chegar ao Presidente daquela Fundação, a título de sugestão de melhoria. Consideramos que este objetivo, embora atingido, carece de muita monitorização e esforço na recuperação de montantes devidos.

OO 1.5: Aferir o grau de satisfação dos investigadores em relação à qualidade dos serviços prestados pela FGF e recolha de sugestões de melhoramento, através de um inquérito de satisfação com periodicidade anual.

Remetemos para o ponto 3 deste relatório a resposta a este objetivo, mais concretamente, para os resultados apurados com o inquérito de satisfação realizado em janeiro de 2019. Considera-se, que o resultado apurado de 94,1% face à meta definida de >85% é muito satisfatório, tendo superado em grande medida o objetivo proposto. Este resultado é um incentivo para que a equipa preste um serviço cada vez melhor, estando sempre aberta a sugestões de melhoria.

OE 2: Consolidar a estrutura interna de funcionamento e adequá-la às necessidades dos investigadores e sobretudo às entidades financiadoras;

Objetivos operacionais:

OO 2.1: Garantir resposta, em tempo útil, às solicitações de todos os que diariamente contactam a Fundação, quer via telefónica quer via e-mail;

A avaliação deste objetivo foi aferida através do inquérito de satisfação e, de acordo com os resultados obtidos, a grande maioria dos Investigadores afirmou ser rápido ou muito rápido (75%), traduzindo-se tal facto na melhoria do tempo de resposta. Já sobre a qualidade das informações fornecidas pela FGF (emails gerais, despachos, emails de resposta a questões) ao longo do último ano (2018), as respostas tenderam a centrar-se nos graus 3 (satisfeito, 14,3%), 4 (muito satisfeito, 41,7%) e 5 (totalmente satisfeito, 34,5%), o que perfaz uma pontuação global de 90,5%. Este resultado supera a meta definida de > 85%.

OO 2.2: Apoiar tecnicamente os Investigadores na apresentação de novas candidaturas, nomeadamente na verificação e na preparação da informação a submeter;

Baseando-nos uma vez mais nas respostas que obtivemos no nosso inquérito de satisfação, no que respeita à qualidade do apoio da FGF às candidaturas formuladas pelos investigadores, estes consideram-se satisfeitos (25%), muito satisfeitos (28,6%) ou totalmente satisfeitos (35,7%). A meta definida já era bastante otimista (> 85%), contudo o resultado final foi ainda melhor (89,3%). Neste sentido, este objetivo considera-se superado.

OO 2.3: Produzir suportes e instrumentos de comunicação interna e externa, com o intuito de promover a uniformização de procedimentos e difusão de boas práticas;

Este Conselho Diretivo, desde que entrou em funções, tem assumido uma atitude pedagógica, tanto com o cliente interno como com o externo, o que nos tem trazido frutos a curto prazo. Neste sentido, são os IRs e os nossos colaboradores, e até clientes, que nos procuram e nos pedem para criar o procedimento. Assim sendo, este trabalho parte sempre de uma decisão do Conselho Diretivo que, depois de operacionalizada, é monitorizada no sentido de corrigir desvios. Contudo, e de acordo com o indicador definido (n.º de orientações emitidas e difundidas), cuja meta foi de > 6, verifica-se que este número foi largamente ultrapassado. Só no âmbito dos projetos financiados pelo PO AÇORES 2020, foram difundidas mais de 7 orientações de trabalho e 3 deliberações do Conselho Diretivo. Na gestão interna do Gabinete de Projetos, privilegiou-se esta prática em detrimento de manuais de procedimentos. Face ao exposto, entende-se que o objetivo foi superado, embora se considere que, neste caso, a meta poderia ter sido mais desafiadora.

OO 2.4: Promover reuniões de arranque de projetos com as equipas de investigadores no sentido de normalizar procedimentos e diminuir potenciais imparidades;

A FGF aceitou e efetivou todos os pedidos de agendamento de reuniões que recebeu, pelo que a meta definida (> 90%) foi superada. Trata-se de um procedimento a assegurar, na medida em que nos permite manter, tanto o Investigador Coordenador como os restantes elementos de equipa, atualizados em

relação às regras de elegibilidade, bem como em áreas administrativas mais sensíveis, como seja o cumprimento de regras de contratação pública, a amortização de equipamentos, a contratação de pessoal, a aplicação da lei dos compromissos e pagamentos em atraso, etc. Assim sendo, consideramos que este objetivo também foi superado.

OO 2.5: Agilizar a integração de despesa após o pagamento, por forma a conseguir prazos mais curtos, entre o pagamento e a submissão de reporte de despesas às entidades financiadoras, no caso de projetos de investigação;

O indicador definido apontava para a integração de despesa e receita num prazo não superior a 10 dias úteis, após o pagamento. Sendo a nossa meta de > 95%, podemos dizer que nunca foi ultrapassado o prazo dos 10 dias, embora tenha havido meses em que levámos 10 dias para fazer a integração. Neste contexto, realçamos que 2018 foi um ano atípico, na medida em que, a FGF suspendeu a realização de despesa em projetos cofinanciados por uma entidade financiadora regional, cujo arranque financeiro só ocorreu no último quadrimestre do ano, o que significa que a despesa que estava prevista realizar em 12 meses concentrou-se toda nesse período (os últimos quadros meses do ano), considerando que se tratava de montantes próximos dos 300.000€, o que a realizar em despesas de pequeno valor, representa um elevado volume de transações (missões, consumíveis, aquisição de bens e serviços, equipamentos, etc.). Tal cenário acabou por exigir um grande esforço a toda a equipa, mas com impacto maior na área da Contabilidade. Muito embora se tenha cumprido com todos os prazos de reporte de execução orçamental, nos termos em que foi definido o indicador e a sua meta, consideramos que o objetivo foi atingido, mas não superado.

OO 2.6: Manter o esforço de sensibilização de algumas entidades financiadoras regionais públicas, no sentido de preverem uma taxa de overheads (OH), no que se refere a projetos de I&D, para fazer face a despesas de gestão administrativa e financeira;

Assim procedeu o Conselho Diretivo, ao longo de 2018, com base no histórico de anos anteriores. Demonstrou que não se pode gerir projetos a custo zero, na medida em que assume despesas de funcionamento cada vez maiores, dado o

aumento do seu número. Neste sentido, foi suspensa toda a execução dos projetos, até que se atingissem consensos, que vieram a acontecer no último quadrimestre de 2018. Muito embora a taxa de OH não acompanhe a tendência de outras entidades financiadoras, que já aplicam este regime há muitos anos, a FGF considera que, para bem da Investigação nos Açores, este seja um esforço contínuo e não um bloqueio à investigação, aproximando as entidades financiadoras das equipas de investigação.

OO 2.7: Implementar mecanismo de controlo orçamental com reporte mensal ao Conselho Diretivo para apoio à decisão nos atos de gestão corrente;

O facto de a Fundação ter sido integrada no perímetro do orçamento de estado em 2016 trouxe como consequência a obrigatoriedade de cumprimento de regras em matéria orçamental, onde se destaca a Regra do Equilíbrio Orçamental (REO). Por força do controlo do défice, o princípio do equilíbrio orçamental tem como fundamento que todas as despesas previstas no orçamento devem ser efetivamente cobertas por receitas nele inscritas, condicionando a autorização de pagamento de despesa à existência de receita cobrada em igual montante. O aparecimento de novos projetos e prestações de serviços obriga a um contínuo esforço de tesouraria, difícil de compaginar com o “garrote” orçamental a que a FGF está sujeita. Acresce que a utilização de saldos de gerência anteriores como contrapartida do aumento das despesas correntes do ano está condicionada ao estrito cumprimento da REO, em que a entidade assume o compromisso de assegurar um saldo final de gerência, entre as receitas arrecadas (saldo de gerência inicial + recebimentos) e os pagamentos ocorridos no decurso de um determinado exercício económico, superavitário ou nulo. Por tudo isto, revelou-se necessária a implementação de relatórios de gestão, não só na ótica patrimonial, mas sobretudo na ótica orçamental, reduzindo o risco de obtenção de resultado líquido negativo no final de cada exercício.

Conforme se pode constatar pelo resultado líquido de 2018, o objetivo foi atingido, mas com muita incerteza e muitas variáveis externas que estão fora do controlo da FGF.

3. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS COM O INQUÉRITO DE SATISFAÇÃO AO CLIENTE

A FGF aplicou em 2018 a terceira edição do Inquérito ao “Cliente interno”, tendo em vista perceber a satisfação dos investigadores relativamente ao trabalho realizado pelos colaboradores da FGF, bem como para recolher eventuais sugestões de melhoria dos serviços. A aplicação deste instrumento, que sofreu alguns ajustes recentes, estava prevista no Plano de Atividades para 2018, mais concretamente no Anexo I.

O inquérito foi lançado a 17 de janeiro de 2019 e manteve-se aberto até ao final desse mês, para que abrangesse a totalidade do período em apreço, de janeiro a dezembro de 2018. Em termos metodológicos, foi aplicado eletronicamente através do *software* especializado Google Docs. Este *software* assegura o anonimato das informações recolhidas, aspeto que foi sublinhado no email utilizado para convidar os investigadores a responder. Este email foi enviado a todos os investigadores da Universidade dos Açores envolvidos em projetos geridos pela FGF.

Responderam ao inquérito 85 investigadores. Na Figura 1 estão sintetizados os principais resultados obtidos. A primeira resposta apresenta o perfil de utilizador. Nesta, é possível perceber que na sua maioria (71,7%) são utilizadores moderados, regulares e intensivos (itens 3, 4 e 5) (um crescimento de 20% em relação a 2017), algo que nos permite afirmar que os resultados obtidos espelham um uso efetivo dos serviços da FGF. De realçar que os utilizadores intensivos aumentaram de 19,6% em 2017 para 24,7% em 2018, revelando-se assim um aumento da procura pelos serviços da FGF.

Em relação ao item referente ao tempo de resposta da FGF, expresso na questão colocada aos utilizadores de como se posicionavam relativamente ao tempo de demora nas respostas da Fundação às suas solicitações, a maioria afirmou ser rápido ou muito rápido (75%), assumindo-se tal facto como uma melhoria do nosso tempo de resposta (item 4 da Figura 1).

Sobre a qualidade das informações fornecidas pela FGF (emails gerais, despachos, emails de resposta a questões suas), ao longo do último ano (2018), as respostas tenderam a centrarem-se nos graus 4 (muito satisfeito, 29,4%) e 5 (totalmente satisfeito, 51,8%). Para esta resposta foi usada a escala de Likert, que variava entre 1 (nada

satisfeito) e 5 (totalmente satisfeito). Esta escala foi usada na maioria das questões colocadas, que abaixo detalhamos.

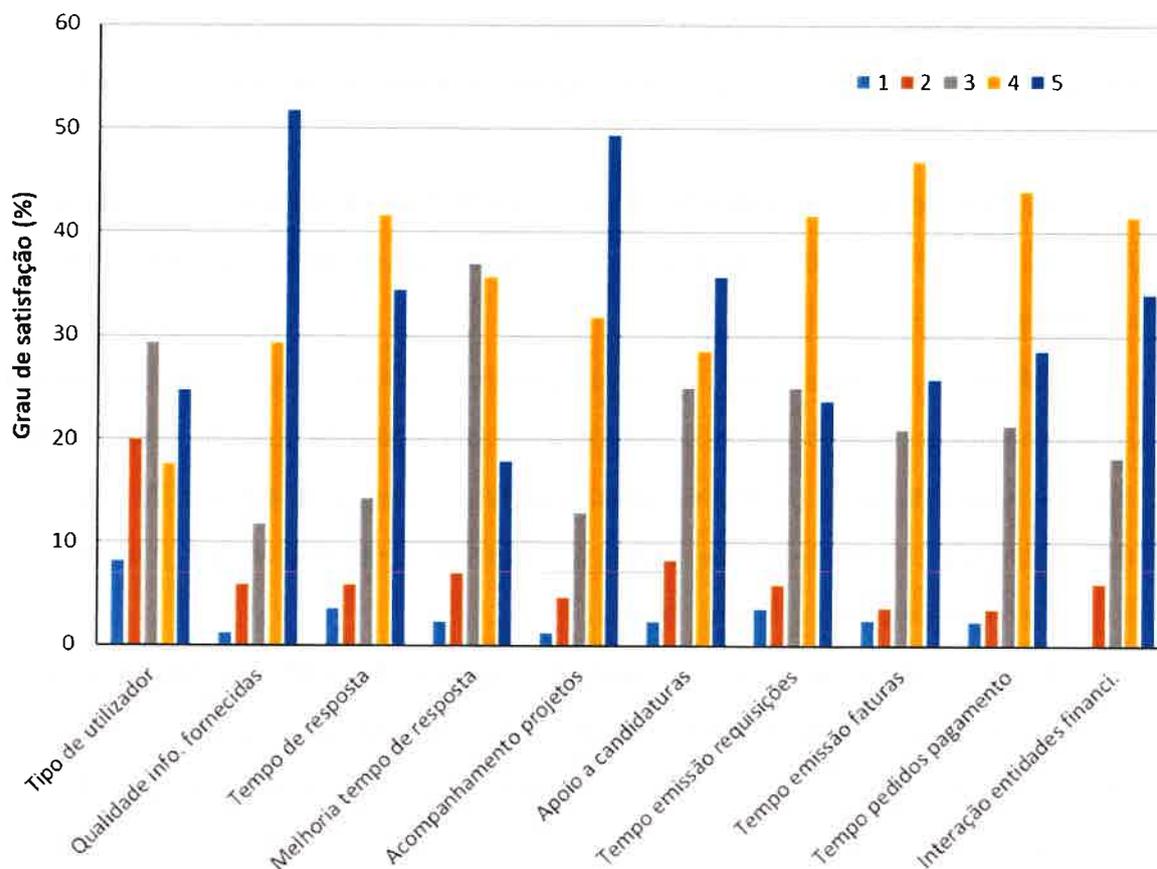


Figura 1. Principais resultados do Inquérito de Satisfação (grau de satisfação de 1 a 5) ao Trabalho da FGF.

De seguida, questionou-se os inquiridos sobre se, ao longo do último ano, a FGF teria disponibilizado informação atualizada e com qualidade. Também aqui a maioria dos inquiridos deu uma resposta positiva (35,7% e 17,9%, respetivamente). Estes valores são inferiores aos verificados em 2017 (94,6% e 95,5%, respetivamente), o que se poderá explicar pela satisfação dos níveis de qualidade já atingidos no ano anterior, uma vez que em nenhum item se observa qualquer indício de insatisfação por parte dos respondentes. Quando se questionaram os investigadores sobre a atualização da informação disponibilizada pela FGF ao longo do último ano, 88,9% respondeu afirmativamente. Questionados sobre a qualidade desta informação, 89,4% considerou que a mesma tinha qualidade. Estes dois itens não se encontram representados no gráfico por possuírem uma escala de resposta diferente das restantes.

Para além da qualidade da resposta foi também questionada a qualidade dos serviços, através da questão “sempre sobre o último ano: qual o seu grau de satisfação com o acompanhamento que o pessoal da FGF dedica aos seus projetos ou prestações de serviços?”. Os resultados mostram que a maioria dos investigadores está muito satisfeita (31,8%) contra (41,1 % em 2017) ou totalmente satisfeita (49,4%) contra (41,1% em 2017).

No que respeita à qualidade do apoio da FGF às candidaturas formuladas pelos investigadores (item 6 da Figura 1), estes consideram-se muito satisfeitos (28,6%) ou totalmente satisfeitos (35,7%).

Também se questionou os investigadores sobre o seu grau de satisfação relativamente ao trabalho da FGF (usando a mesma escala da questão anterior), no que respeita ao prazo médio de processamento de requisições, uma das principais atividades desta Fundação. Os resultados apresentados centram-se nas respostas 4 (muito satisfeito, 41,7%) e 5 (totalmente satisfeito, 23,8%).

Para além das requisições, os investigadores foram também questionados sobre um outro serviço prestado pela FGF de importância central na sua atividade: o prazo médio de emissão de faturas. Também aqui a maioria se declarou muito satisfeito (46,9%) ou totalmente satisfeito (25,9%).

Um outro fator muito importante para aferir a qualidade do serviço da FGF prende-se com a satisfação dos investigadores em relação ao prazo médio de submissão de pedidos de pagamento (reporte de despesa às entidades financiadoras: FCT, PO AÇORES 2020, DRCT...). Em relação a esta questão, as respostas centram-se nos graus de muito satisfeito (44%) e totalmente satisfeito (28,6%). Quanto à qualidade da interação da FGF com as entidades de financiamento, as respostas revelaram um elevado grau de satisfação (muito satisfeito, 41,5%; totalmente satisfeito, 34,1%).

Em síntese, podemos considerar que, de uma forma geral, os investigadores que usam os serviços da FGF estão satisfeitos ou muito satisfeitos com os serviços prestados e reconhecem o esforço de melhoria implementado ao longo do ano de 2018.

Também se solicitou aos investigadores que, utilizando uma só palavra, definissem o desempenho da FGF durante o ano em análise. De entre as diferentes palavras mencionadas (37 no total), as referidas com maior frequência foram “eficiência” (10), “bom” (7) e “excelente” (7).

De seguida, considerando que se trata de um assunto específico, apresentam-se os resultados em relação à satisfação com a aplicação de apoio à gestão dos centros de custo da FGF, o GestPro (Figura 2).

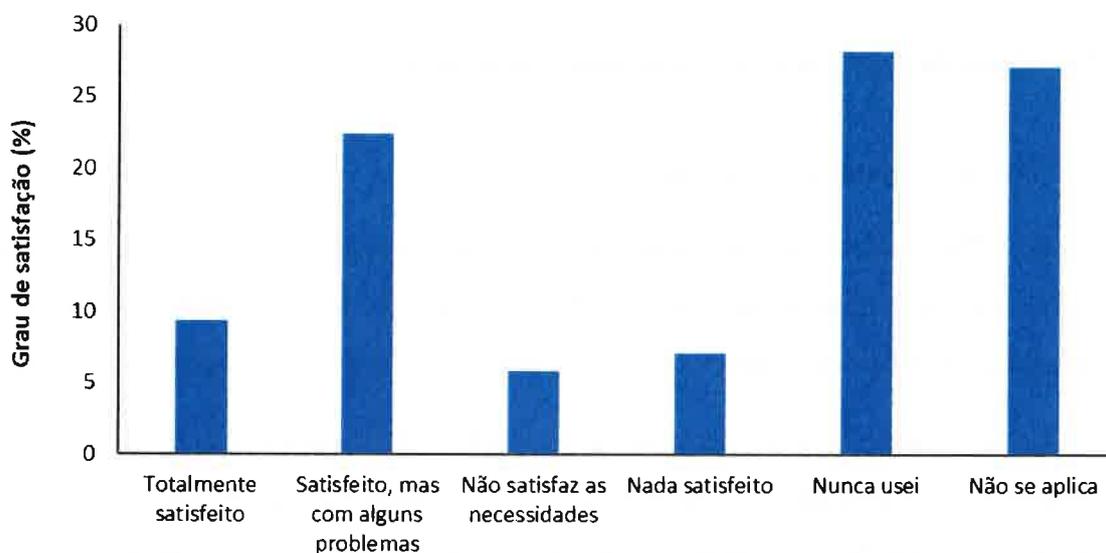


Figura 2. Resultados do inquérito de satisfação em relação à utilidade do programa GestPro.

Considerando que o GestPro é uma aplicação especializada, que nem todos os investigadores usam, optou-se por produzir uma escala própria para as respostas. Assim, os itens 1 a 4 expressam o grau de satisfação relativa à aplicação e os itens 5 e 6 respeitam a duas formas distintas de não utilização, o 5 está associado ao facto de não ter ainda sido usada na altura da recolha de dados (com 28,2% dos respondentes) e o 6 tem a ver com o facto de não ser pertinente o seu uso para o investigador em causa (com 27,1%).

A maioria dos investigadores considera que esta aplicação satisfaz as suas necessidades, apresentando alguns problemas 22,4% ou que as satisfaz totalmente 9,4%. De relevar também os quase dois terços que não a utiliza. Estes resultados demonstram que a ferramenta é útil, mas precisa de ser melhorada, em função das necessidades dos investigadores.

4. ANÁLISE DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2018

No âmbito da prossecução dos seus objetivos estratégicos e fins institucionais, a FGF desenvolveu as atividades seguidamente apresentadas.

4.1. Candidaturas e elaboração de novas propostas

4.1.1. Projetos de investigação

Em 2018 confirmou-se o elevado dinamismo dos investigadores da UAc, patente no número de candidaturas a projetos de investigação e prestações de serviço de investigação e desenvolvimento submetidas pela FGF a diversas entidades financiadoras.

No que respeita a projetos de investigação (PI), durante o ano de 2018 foram submetidas 145 candidaturas (141 em 2017), no montante global de 12.789.428,51€ (17 240 964,27€ em 2017). Destas candidaturas, 63 dizem respeito ao concurso PO-Açores2020, num montante global 8.879.557,75€. Destas candidaturas, 16 foram aprovadas, 14 tendo a FGF como único proponente e duas em copromoção, uma com o Observatório do Turismo dos Açores e a outra com a Sociedade Afonso Chaves. Estes 16 projetos, a executar num horizonte temporal de 3 anos, representam um orçamento global aprovado de 2.741.075,13€, do qual 2.329.913,86€ provêm do FEDER e os restantes 411.161,27€ têm origem no ORAA.

Merece também destaque a aprovação, ainda em 2018, do projeto *Porbiota - Portal da Biodiversidade dos Açores* (299.901,83€), do projeto *Eel migration - the final act*, financiado pelo Fundo para a Conservação dos Oceanos (100.000,00€), e do *Observatório da Juventude dos Açores* (37.686,00€).

Em termos de número de candidaturas aprovadas em 2018, mais de metade corresponde à organização e participação em eventos científicos, tendo sido executadas ainda em 2018, tal como determinam a sua calendarização e as normas constantes dos regulamentos próprios e dos respetivos editais.

Durante o mês de outubro de 2018 decorreu também uma fase de candidaturas ao Programa INTERREG MAC 2014-2020 (II convocatória), tendo sido submetidas 25 candidaturas em copromoção, num montante global de 3.528.518,50€. As candidaturas

que venham a ser aprovadas serão cofinanciadas em 15% por verbas provenientes do ORAA até um máximo de 120.000,00€. Esta condição permite perspetivar um orçamento máximo aprovado inferior a 1ME, distribuído por 3 anos de execução.

4.1.2. Prestações de serviços de Investigação e Desenvolvimento a diferentes entidades públicas ou privadas.

No que respeita a prestações de serviços, em 2018, a FGF respondeu com propostas a 31 solicitações de serviços de investigação e desenvolvimento (16 em 2017), já formalizadas em contratos, num volume global de 868.252,37€ (269.626,39€ em 2017). Também neste domínio se verifica um aumento muito significativo (cerca de 3 vezes) da procura dos serviços especializados da Fundação Gaspar Frutuoso / equipas de investigação da Universidade dos Açores.

4.1.3. Atribuição de Bolsas de Investigação Científica

Em 2018 a FGF detinha 31 contratos de bolsas (12 em 2017; 33 em 2016), sendo a maioria de licenciado (12) e de mestre (10) (ver Figura 3), correspondendo a um volume médio mensal de vencimentos de 15.425,83€ (11.835,00€ em 2017, 28.270,00€ em 2016). Estes contratos foram celebrados no âmbito de projetos de investigação ou de prestações de serviços. Das 31 bolsas, 4 são de apoio à gestão dos centros ou equipas de investigação, estando as restantes diretamente ligadas à investigação. Os dados revelam alguma estabilização em termos de montante contratualizado, embora o número de bolsas tenha aumentado de 2017 para 2018, o que poderá ser explicado pela opção por períodos menores.

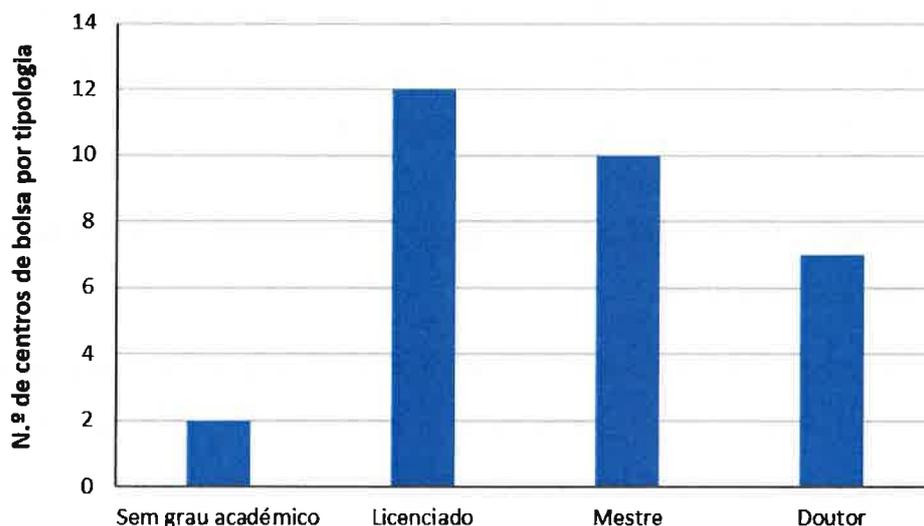


Figura 3. Número de contratos de bolsas de doutor, mestre, licenciado e outros, celebrados pela FGF em 2018.

No que respeita a contratos a termo certo, esta tipologia, que era praticamente inexistente até 2016, tem vindo a assumir uma grande relevância na FGF, em resultado das imposições, quer da FCT, quer da DRCT (na qualidade de organismo intermédio da AG do PO AÇORES 2020), como condição para a provação dos projetos de investigação. Assim, em 2018, o número de contratos a termo certo mantidos pela FGF (28) foi igual ao celebrado em 2017. Todos estes contratos estão limitados temporalmente ao período de execução do próprio projeto em que se inserem. Estes contratos, que representam um encargo mensal médio da ordem dos 50.000,00€ (40.000,00 em 2017), enquadram-se maioritariamente no âmbito de projetos PO Açores 2020. Com o arranque em 2019 do novo conjunto de projetos PO Açores 2020 e a prorrogação de muitos da anterior edição, é previsível que esta tipologia de contratos sofra um grande incremento.

4.1.4. Atividades transversais

Em termos de gestão financeira de projetos de investigação (PI) e prestações de serviços de investigação e desenvolvimento (PS), após aprovação do financiamento, é atribuído um código interno de projeto, denominado centro de custos, onde é imputada toda a despesa autorizada, bem como a receita aprovada por rúbricas. Assim, apesar das diferentes tipologias de projeto, considera-se que o número de centros de custos ativos em cada ano é um indicador útil do volume de trabalho desenvolvido pela Fundação.

Em 2018 a FGF geriu 302 centros de custos, mais 18 do que em 2017 (ver Figura 4). Dos 302 centros de custo ativos em 2018, 80 corresponderam a projetos ou prestações de serviços que chegaram ao seu *términus*. Assim, apenas 222 (74%) passaram com atividade para 2019.

De todos os centros de custo, cerca de 30% (34% em 2017) correspondem a projetos de investigação (22,2% PI; 7,6% AF), 41% a prestações de serviços e 28% a organização e participação em eventos científicos (congressos, *workshops*, seminários, entre outros) e outras atividades diversas (como publicações) (ver Figura 4).

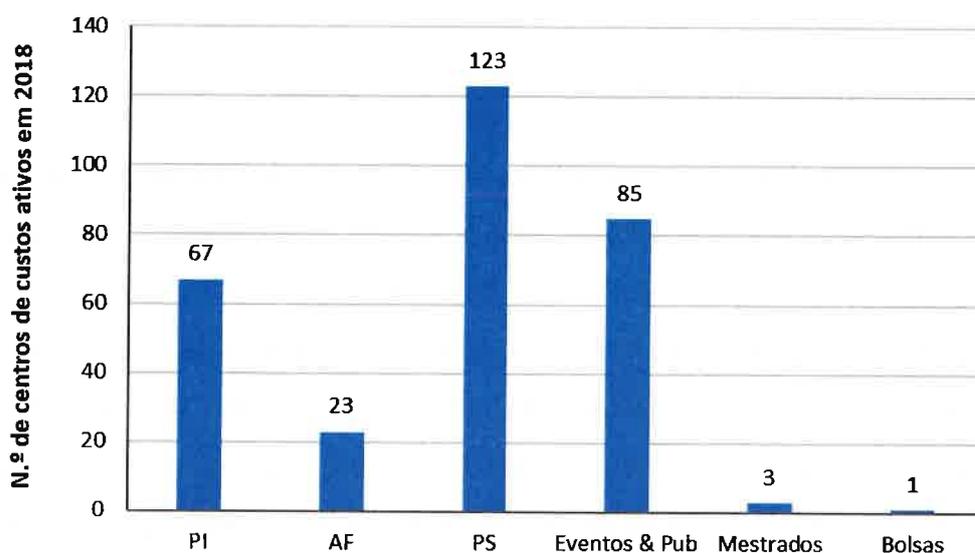


Figura 4. Número de centros de custo ativos em 2018 na FGF, por tipologia de produto.

No global, considerando todas as tipologias de ações desenvolvidas e executadas pela FGF, em 2018 foram cobrados 3.279.244,35€, dos quais 381.857,4€ a título de *overheads*, o que corresponde a uma taxa média de 11,6% (10,4% em 2017). A receita global cobrada em 2018 sofreu um aumento de 23,8% em relação a 2017. De notar que esta tendência já se vem a verificar desde 2015, tal como se pode verificar na Figura 5.

A cobrança de *overheads*, quer em termos de valor absoluto, quer em termos relativos à receita cobrada, sofreu um ligeiro decréscimo de 2015 (245.875,24€ - 14,5%) para 2016 (196.298,67€ - 10%), tendo aumentado em 2017 para 275.926,63€ (10,4%) e em 2018 para 381.857,4€ (11,6%) (ver Figura 5). Esta recuperação do peso relativo dos *overheads* na receita global cobrada está muito dependente das tipologias de projetos e das taxas que admitem na rubrica de gastos gerais.

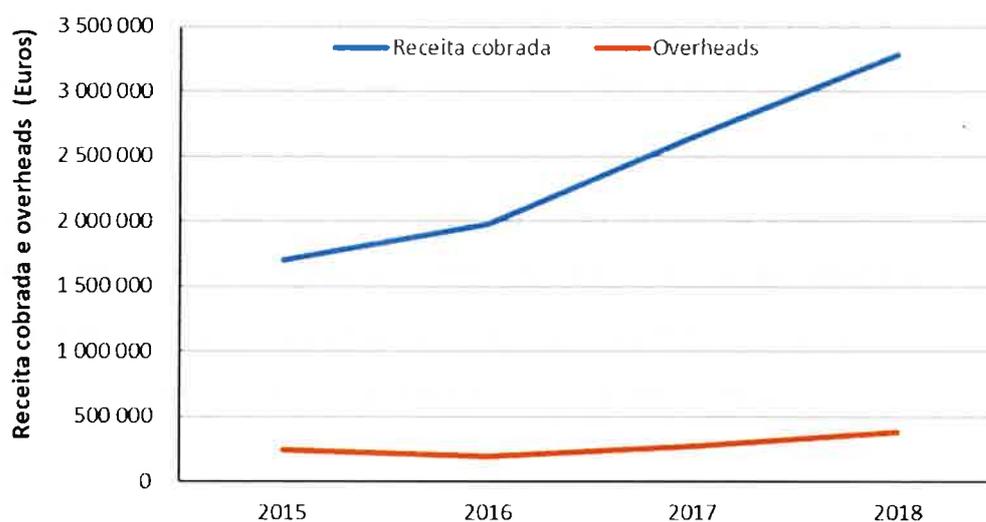


Figura 5. Evolução da receita cobrada e dos *overheads* de 2015 a 2018.

No que respeita à receita arrecadada em 2018, as prestações de serviços representaram 45% (50% em 2017, 47% em 2016 e 34% em 2015), seguidas dos projetos de investigação com 34% (30% em 2017, 36% em 2016 e 63% em 2015). Se considerarmos as verbas do apoio ao funcionamento (AF) dos centros de investigação nos projetos de investigação (PI), provenientes da FCT e do GRA, então esta tipologia de produto representa cerca de 47% (46% em 2017), ultrapassando um pouco as prestações de serviços de investigação e desenvolvimento. Este equilíbrio entre prestações de serviços e projetos de investigação tem permitido à FGF assumir todos os seus compromissos, sem excessiva pressão de caixa, uma vez que os eventuais desequilíbrios provocados pela imprevisibilidade que caracteriza a cobrança de receita no âmbito dos projetos são atenuados pela forte previsibilidade nas prestações de serviço (ver maior volume de receita cobrada no ano face à execução no próprio ano na Figura 6).

Esta tendência também se mantém quando analisamos os *overheads* gerados, correspondendo no caso dos projetos de investigação a 41,3% (34,6% em 2017, 36% em 2016 e 68% em 2015) e 38% no caso das prestações de serviços (44,7% em 2017 e 44% em 2016). Porém, quando consideramos as verbas de apoio ao funcionamento dos centros em conjunto com os restantes projetos de investigação, o montante de *overheads* gerados representa 60,3% (54% em 2017) (ver Figura 6). Daqui se pode

concluir que são os projetos de investigação os principais responsáveis pela contribuição para os *overheads*.

Tal como se pode verificar pela análise da Figura 6, os projetos de investigação e as prestações de serviço correspondem à grande maioria da receita arrecadada pela FGF, tendo as restantes tipologias de ações um valor financeiro muito residual. À exceção dos eventos, a maioria dos projetos tem carácter plurianual. De referir que a organização e a participação em eventos, bem como o apoio à edição de publicações, embora de pequena dimensão financeira, são em grande número e de enorme significado para a vida académica da Universidade dos Açores, traduzindo também uma significativa dedicação de tempo por parte da equipa da FGF afeta à gestão de projetos. Acresce o facto de poder haver um enorme hiato temporal entre a execução (obrigatoriamente até 31 de dezembro do ano em que está programado o evento) e a efetiva cobrança da receita (reembolso), bem como existir sempre um certo risco de não elegibilidade de despesa, o que aumenta os custos de gestão destas medidas.

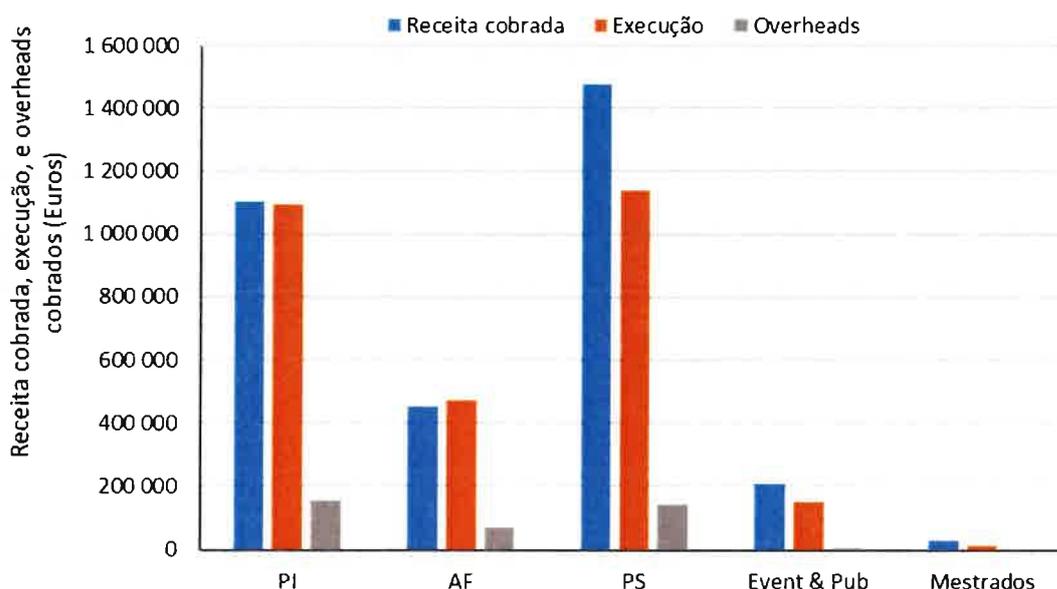


Figura 6. Receita cobrada, execução, e *overheads* cobrados durante o ano de 2018 por tipologia de produto.

As medidas de apoio ao funcionamento dos centros de investigação são fundamentais para a sua sobrevivência, tendo origem na FCT e DRCT. Em 2018 a contribuição destas fontes de financiamento foi a constante do gráfico da Figura 7, onde se destaca a FCT com um montante de mais do dobro do da DRCT. Acresce que a verba

correspondente aos *overheads* sobre o montante executado da FCT é cerca de 4,5 vezes superior àquela arrecadada no âmbito das medidas da DRCT.

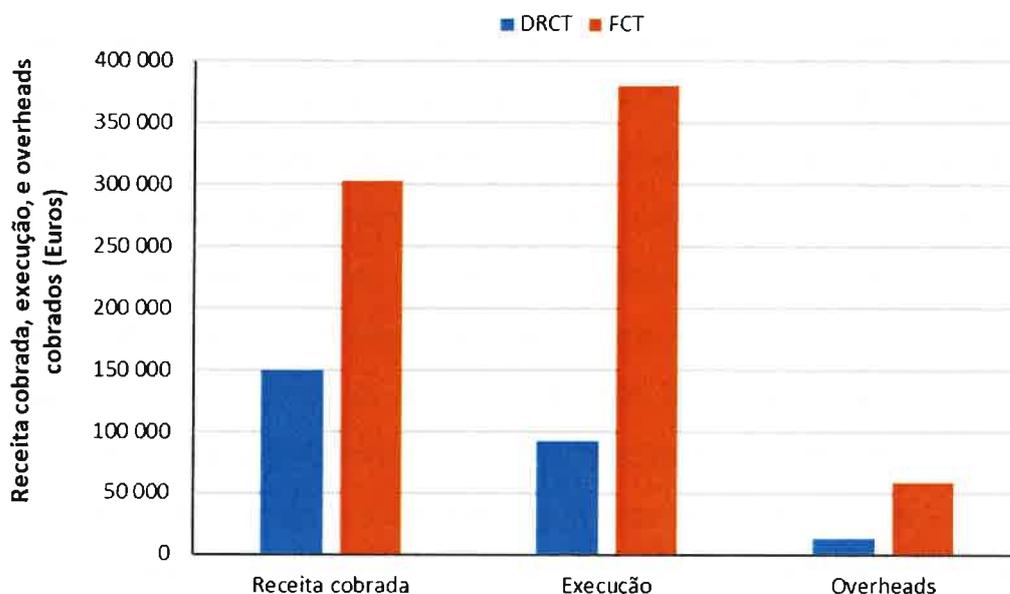


Figura 7. Receita cobrada, execução e *overheads* cobrados durante o ano de 2018 nas verbas de apoio ao funcionamento dos centros por fonte de financiamento (DRCT e FCT).

No que respeita às prestações de serviços, o setor privado representa 76% da execução (80% em 2017) e 73% do volume de receita cobrada nesta tipologia (70% em 2017), o que também se reflete, naturalmente, nos *overheads* arrecadados (ver Figura 8). Este cenário não tem sofrido grandes alterações nos últimos anos e reflete a relação entre as equipas de investigação e o setor privado, quer da Região Autónoma dos Açores, quer no cenário nacional e estrangeiro.

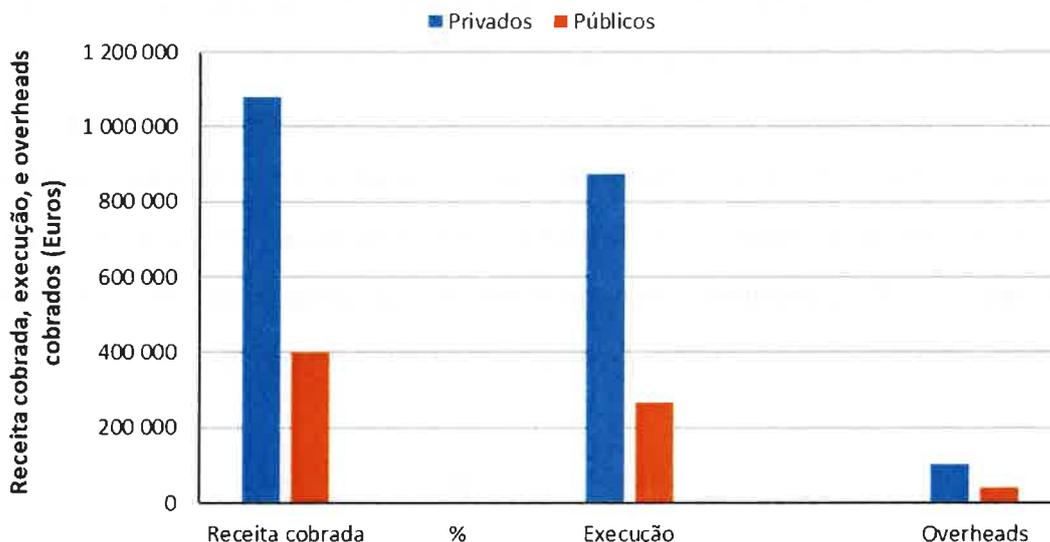


Figura 8. Execução, receita cobrada e *overheads* cobrados durante o ano de 2018 nas prestações de serviços de ciência e tecnologia por setor (público e privado).

Da análise do gráfico da Figura 9, pode verificar-se que a maior parte da receita proveniente dos contratos de prestações de serviços se origina nas áreas científicas correspondentes à Faculdade de Ciências Agrárias e do Ambiente (58%), seguida pelas áreas da FCT-UAc (34%). As áreas científicas da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas representam cerca de 7% da receita cobrada no âmbito das prestações de serviços.

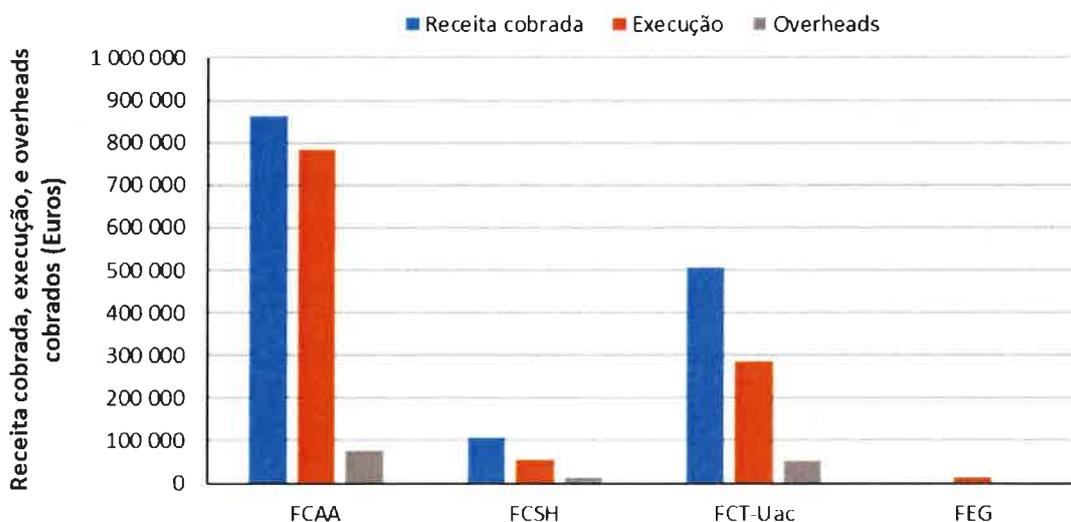


Figura 9. Receita cobrada, execução e *overheads* cobrados durante o ano de 2018 nas prestações de serviços de ciência e tecnologia por Unidade Orgânica de Ensino e Investigação (UOEI).

Quando se analisa a estrutura de receita cobrada e de execução no que respeita aos projetos de investigação (PI+AF), por área científica da UAc (ver Figura 10), verifica-se que as áreas correspondentes à Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT-UAc) são aquelas que se apresentam com maior volume. A receita cobrada em PI nas áreas científicas da FCT-UAc é três vezes superior à da FCAA. Estas diferenças, em sentido inverso às verificadas nas PS, traduzirão a dimensão em pessoal próprio da UAc, mas também diferentes apetências por diferentes tipologias de produto (PI ou PS).

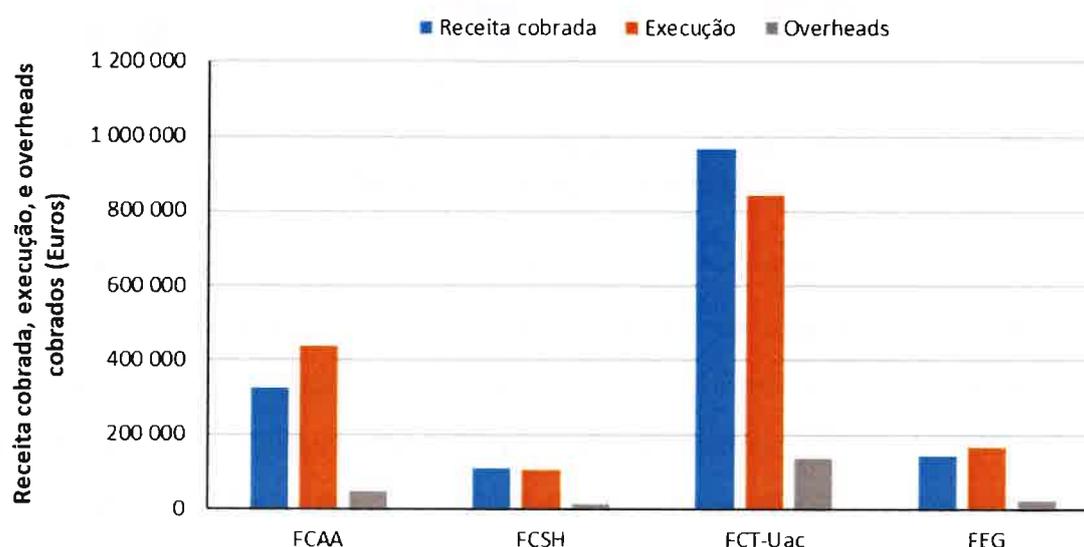


Figura 10. Receita cobrada, execução e *overheads* cobrados durante o ano de 2018 em projetos de investigação por Unidade Orgânica de Ensino e Investigação (UOEI).

A análise da execução da receita cobrada e dos *overheads* cobrados no âmbito dos projetos de investigação, tendo em conta a fonte de financiamento, permite verificar que a fonte “organismos do Governo Regional dos Açores”, com 39 projetos, é aquela que apresenta maior destaque, quer em execução, quer em receita cobrada (56% do total de receita cobrada em PI) (ver Figura 11). Este destaque deve-se, fundamentalmente, ao segundo ano de execução dos 15 projetos do PO Açores 2020.

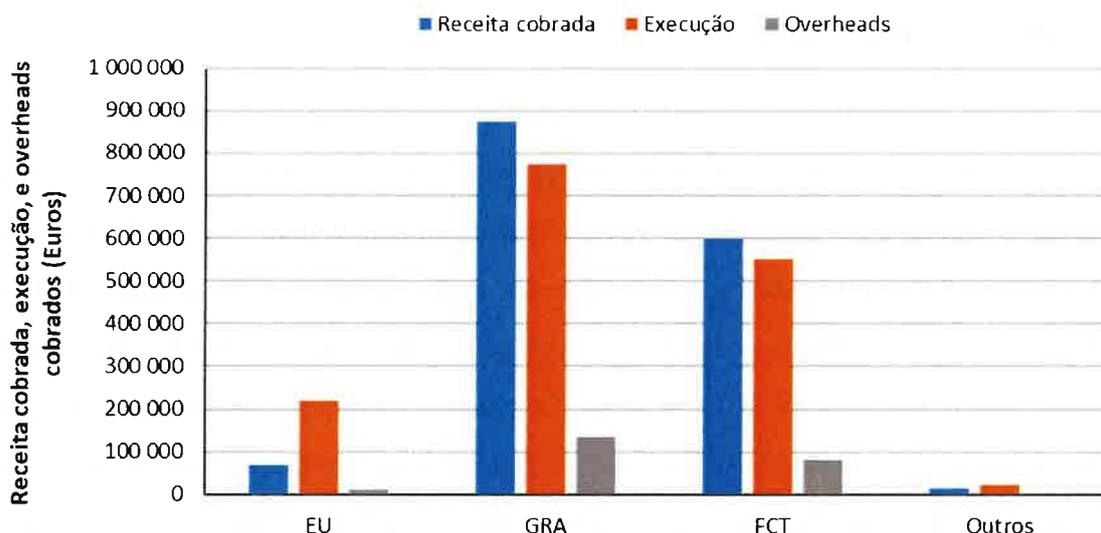


Figura 11. Receita cobrada, execução e *overheads* cobrados durante o ano de 2018 nos projetos de investigação por fonte de financiamento.

O volume de faturação emitida em 2018, a emissão de requisições e a verificação de cabimento e elegibilidade, são indicadores do volume de trabalho realizado, em particular, nas atividades relacionadas com as prestações de serviço de investigação e desenvolvimento, inscrições em eventos e dinâmica dos projetos de investigação. Assim, em 2018 foram emitidos 550 documentos de despesa (502 em 2017), sendo que 125 corresponderam a faturas emitidas no âmbito de PS e 425 a faturas-recibo relativas a pagamentos de inscrições em eventos e cursos livres. Foram ainda emitidas 198 guias de receita, no âmbito de projetos de investigação.

Em 2018 os serviços da FGF emitiram 4.151 requisições oficiais (4018 em 2017), tendo sido verificados também mais de 500 cabimentos de despesa.

Considerando apenas estas tipologias de documentos, constata-se que os serviços da FGF prepararam e emitiram cerca de 5.000 documentos ao longo de 2018, o que revela uma produção de cerca de 20 documentos de despesa por dia útil (16 em 2017).

5. RECURSOS HUMANOS

Em 31 de dezembro de 2018 o número de funcionários e colaboradores afetos à Fundação Gaspar Frutuoso era de 41 (quarenta e um), dos quais 3 (três) em regime de avença, 5 (cinco) com contrato por tempo indeterminado, 5 (cinco) contratados a prazo, 21 (vinte e um) contratados a prazo afetos à área operacional de projetos e 7 (sete) estagiários L e T. Acresce a Vogal do Conselho Diretivo, que exerce funções a tempo inteiro, desde outubro de 2015, e ainda 24 (vinte e quatro) bolseiros de investigação, mais 6 face ao ano de 2017. Face ao ano de 2017, com 37 colaboradores, registou-se um incremento na contratação de recursos humanos sobretudo para os serviços administrativos da Fundação.

Na estrutura de funcionamento da Fundação estão afetas 3 (três) pessoas em regime de avença, 2 (duas) com contrato por tempo indeterminado e 4 (quatro) contratados a prazo. Face ao ano anterior, registou-se o aumento de 1 (um) colaborador.

O número de pessoas afetas à Fundação foi relativamente estável ao longo do ano consoante os projetos de investigação e as prestações de serviço em curso.

Os gastos com o pessoal encontram-se detalhados na Figura 12 e na Tabela I e, como se poderá verificar, registou-se um aumento ligeiro face ao ano anterior.

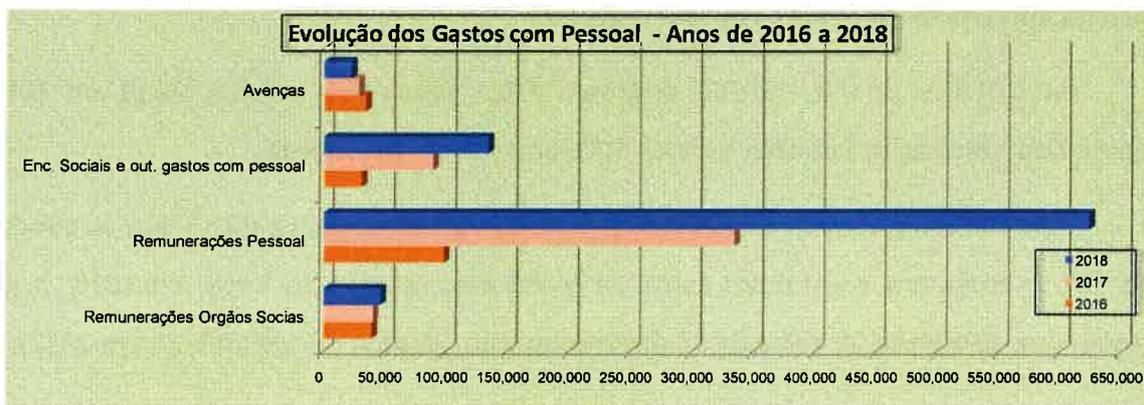


Figura 12. Gastos com o pessoal de 2016 a 2018.

Tabela 1. Gastos com pessoal.

(Valores em euros)

	2016	2017	Var. %	2018	Var. %
1. Pessoal do Quadro a Contrato					
Remunerações Órgãos Sociais	39,350.16	40,545.42	3.04%	46,643.58	15.04%
Remunerações Pessoal	98,182.26	334,789.99	240.99%	623,625.52	86.27%
Enc. Sociais e out. gastos com pes	30,977.63	89,381.66	188.54%	134,375.09	50.34%
Sub - Total	168,510.05	464,717.07	175.78%	804,644.19	73.15%
2. Pessoal Sub-contratado					
Avenças	34,297.81	28,415.74	-17.15%	22,323.72	-21.44%
Sub - Total	34,297.81	28,415.74	-17.15%	22,323.72	-21.44%
3.Total (1+2)	202,807.86	493,132.81	143.15%	826,967.91	67.70%

A remuneração indicada para os Órgãos Sociais refere-se à Vogal do Conselho Diretivo que desempenha funções a tempo inteiro. Nos valores indicados, incluem-se estimativas de subsídios de férias, férias e respetivos encargos referentes ao ano de 2018 a liquidar no ano de 2019. As variações dos gastos com pessoal devem-se ao número de contratados nas áreas funcionais dos projetos de investigação e da prestação de serviços e refletem a dinâmica de investigação da UAc.

6. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

O orçamento de 2018 traduz a execução que se realizou com base na receita que se conseguiu arrecadar no ano em análise (não contempla saldos de tesouraria do ano anterior), e reflete a execução de projetos de investigação transitados materialmente para 2018 e a concretização de novos protocolos e prestações de serviços de investigação e desenvolvimento aprovados até 31-12-2018. Relaciona, portanto, as receitas obtidas e as despesas realizadas pela Fundação no ano transato, numa ótica orçamental.

São seis as fontes de financiamento (FF), a saber:

FF 319 – Receitas Gerais, onde se incluem os projetos financiados pela Fundação da Ciência e Tecnologia, IP.

FF 411 Feder – Competitividade e Internacionalização e 422 – Feder - Transnacional, onde se incluem os projetos cofinanciados ao abrigo do PO Açores 2020 e INTERREG MAC 2014-2020 respetivamente;

FF 482 – Outros - financiamento da União Europeia, onde se incluem os projetos cofinanciados ao abrigo do Horizonte 2020;

FF 513 – Receita Própria do Ano, onde se incluem as prestações de serviços de investigação e desenvolvimento.

FF 540 – Transferências de Receitas Próprias entre Organismos, onde se incluem cofinanciamento de entidades regionais e nacionais.

A fonte de financiamento de maior expressão, com impacto orçamental ao nível de receita cobrada, recai sobre a FF 513, com receitas provenientes de atividades de prestação de serviços de consultadoria-científica, inscrições de realizações de eventos de promoção da investigação científica e outras receitas de valor residual, tais como análises laboratoriais. A fundação enquadra-se na atividade 202, relacionada com a atividade de ciência e tecnologia.

De entre as despesas de funcionamento da Fundação, suportadas com receitas próprias arrecadadas em 2018, destacamos maioritariamente as seguintes:

- Aplicação em despesas de funcionamento com pessoal próprio e serviços de consultadoria jurídica e fiscal;
- Adjudicação de serviços de assistência técnica da solução informática integrada “ERP Primavera *Public Sector*”;
- Adjudicação de serviços de Revisor Oficial de Contas, na qualidade de Fiscal Único;
- Reforço substancial do equipamento administrativo e modernização do parque informático.
- Autorização de um novo contrato de trabalho a termo certo para reforço do gabinete de projetos, para auxílio na preparação e submissão de pedidos de reembolso de projetos de investigação cofinanciados pelo programa PO Açores 2020 e projetos financiados exclusivamente por contrapartida nacional pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, IP;
- Autorização de um novo contrato de trabalho, a termo certo, para reforço do gabinete de contabilidade na ótica da logística e tesouraria;
- Autorização de um novo contrato de trabalho, a termo certo, para reforço do gabinete de contabilidade para o fecho da Conta de Gerência e apoio na preparação e submissão de reportes decorrentes da transição obrigatória para o Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública (SNC-AP) e ao cumprimento da Norma Técnica nº 1/2017 “SNC-AP: Instruções para a integração de informação orçamental e económico-financeira no Sistema Central da Contabilidade e Contas Públicas” emitida pela UniLEO – Unidade de Implementação da Lei de Enquadramento.

Informação discriminada por grandes rúbricas é apresentada no Anexo I – orçamento de despesa prevista e executada em 2018 e no Anexo II – Orçamento de receita prevista e executada em 2018.

Comparativamente ao orçamento previsional inicial, as FF 319 e FF 513 apresentam variações de receita cobrada e despesa executada positivas explicadas fundamentalmente pelo arranque de novos projetos de investigação e prestações de serviços não previstos à data da elaboração da proposta de orçamento para 2018, com maior incidência no 2.º semestre de 2018. Igualmente, a FF 540 apresenta uma tendência de receita e despesa positiva face ao previsional com a execução dos novos apoios ao funcionamento dos centros de investigação, das medidas 3.3 e transferências do financiamento da componente regional relativo à 2.ª tranche dos projetos de investigação PO Açores 2020 (I edição) e INTERREG MAC 2014-2020.

Ao invés, as fontes de financiamento de fundos europeus, FF 411; FF 422 e FF 482 apresentam uma variação negativa significativa face a um excesso de estimativa de execução para 2018. Tal facto deveu-se, em parte, ao adiantamento por receitas próprias (FF 513 e FF 540) por conta de despesa originalmente coberta por fundos europeus e execução por conta de saldos de gerência do ano anterior, exclusivamente de origem em fundos europeus.

7. INVESTIMENTOS

A Fundação Gaspar Frutuoso realizou, no ano de 2018, um total de investimentos em equipamentos superior a 170 mil euros, representando um aumento de 18% face ao volume de investimento registado no ano anterior (145 mil euros). Estas aquisições efetuadas no exercício referem-se sobretudo a equipamento básico e administrativo, nomeadamente:

• Equipamento Básico.....	99.560€
• Equipamento Administrativo.....	53.157€
• Ferramentas e Utensílios.....	13.100€
• <i>Software</i>	2.693€
• Outros investimentos em curso.....	2.310€

Os valores realizados destinam-se às atividades de prestação de serviços e dos projetos de investigação, sendo por isso no último caso financiados pelas várias entidades gestoras e financiadoras. Para o próximo ano, encontram-se previstos investimentos em equipamentos para diversas atividades em execução, dependendo da execução dos contratos de prestação de serviços e das medidas aprovadas no âmbito dos projetos de investigação.

8. FINANCIAMENTO DA ATIVIDADE

A Fundação Gaspar Frutuoso tem financiado os gastos de investimento e de funcionamento essencialmente com recurso aos subsídios e apoios para os diversos projetos que gere e aos resultados gerados da prestação de serviços.

Desta forma, não tem recorrido a financiamentos externos, nomeadamente a financiamentos bancários ou dívidas a terceiros.

Quanto às atividades de projetos de investigação e bolsas de investigação, estas são financiadas por entidades externas, ao abrigo de fundos comunitários, programas governamentais e contribuições de entidades públicas e privadas regionais, nacionais e internacionais.

Neste sentido, podemos concluir que a Fundação apresenta uma situação financeira equilibrada, alicerçada na solidez e autonomia financeira. Destacam-se os resultados positivos obtidos no quadriénio de 2015 a 2018, quando comparados com períodos anteriores onde se haviam registado prejuízos. Destaque ainda para a melhoria do resultado obtido no ano de 2018, quando comparado com o ano de 2017.

Os resultados de exploração do presente exercício são, contudo, reveladores do incremento da atividade operacional, decorrentes das prestações de serviços, mas com particular destaque para a execução de projetos de investigação já contratualizados. Ao nível das medidas de investigação, destaca-se a elevada realização das medidas contratualizadas no quadro comunitário de apoio em curso, assim como em outras entidades financiadoras e de apoio à investigação e ciência. Após alguns anos de condicionantes na submissão de candidaturas e na formalização das aprovações dos projetos, destaque para o incremento no volume de receitas no exercício, que tiveram de igual modo reflexo ao nível dos procedimentos de contratação e da execução de verbas. Este incremento no volume de transferências exigiu do Conselho Diretivo uma maior capacidade de resposta, mantendo-se o rigor e coerência na gestão, de modo a garantir a execução dos compromissos assumidos condicionada pelos compromissos de prévia aprovação e recebimento por parte das entidades financiadoras ou contratantes. De destacar ainda o desenvolvimento de variadas ações no âmbito da colaboração

institucional com a Universidade dos Açores, no âmbito de projetos de investigação e de eventos contratualizados com diferentes entidades financiadoras.

Os montantes contratualizados por executar em 31 de dezembro de 2018 ascendiam a 3,2 milhões de euros (menos cerca de 180 mil euros face aos 3,4 milhões de euros do ano de 2017), destacando-se a execução de medidas no âmbito do PO Açores 2020. Deste montante, encontrava-se por receber, das diferentes entidades financiadoras, um valor superior a 3,2 milhões de euros (menos 250 mil euros face aos 3,5 milhões em 2017). De referir que o volume de transferências recebidas no ano de 2018, relativas a projetos e medidas de apoio, ultrapassaram os 1,690 milhões de euros, representando mais cerca de 460 mil euros face ao período homologado (1,230 milhões de euros em 2017).

Neste sentido, a manutenção deste ritmo de disponibilização das verbas pelas entidades financiadoras é fundamental para garantir a cobertura financeira da execução dos projetos de investigação. Prevê-se a manutenção dos níveis de execução das medidas de apoio à investigação nos anos de 2019 e de 2020, embora condicionada à submissão de novas medidas de apoio face às disponibilidades financeiras no âmbito do quadro comunitário de apoio que se aproxima do seu termo (2014-2020) e, sobretudo, da disponibilização dos apoios financeiros aprovados e dos montantes disponíveis para aprovação nos respetivos eixos de financiamento.

9. SITUAÇÃO PATRIMONIAL

A Fundação Gaspar Frutuoso encontra-se em situação financeira estável, quando comparados os ativos com os capitais próprios que apresenta.

O resultado apresentado no exercício, quando comparado com os anos transatos, permitiu melhorar os resultados líquidos positivos (32.207 euros em 2018 face a 26.481 euros registados em 2017). O nível das responsabilidades assumidas pela Fundação na execução dos projetos de investigação registou uma redução em cerca de 184 mil euros (-5%), enquanto os valores aprovados e ainda não recebidos das entidades financiadoras sofreram um decréscimo homólogo de aproximadamente 250 mil euros (-7%).

O ativo líquido totalizou o valor de 6,7 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 7% (430 mil euros), quando comparado com o valor de 6,3 milhões de euros do ano anterior. Esta variação deve-se sobretudo ao aumento nas rubricas de disponibilidades e outros créditos a receber. Os clientes em dívida registaram um aumento de 210 mil euros, face aos valores registados no ano anterior, reflexo do crescimento da rubrica de prestação de serviços (24%).

O ativo não corrente, referente aos bens de imobilizado, registou um incremento (24%), reflexo do investimento realizado em aquisições de equipamentos, quando comparado com o valor das depreciações efetuadas no exercício.

Os depósitos bancários em 31 de dezembro de 2018 registaram um aumento de 13% face ao período anterior (mais cerca de 294 mil euros).

Quanto ao Passivo, o aumento registado de 349 mil euros (8%) explica-se essencialmente pelo incremento dos valores em execução de prestações de serviços.

Os valores em dívida a fornecedores, em 31 de dezembro 2018, atingiam os 13 mil euros (28 mil euros em 2017), não se registando valores em incumprimento ou mora nos prazos de pagamento.

Considerando que a maior rubrica do passivo é a execução dos protocolos e contratos assumidos, ressalva-se a importância do fluxo de recebimentos contratados e contabilizados no ativo da Fundação, como maior garante do cumprimento da execução dos contratos celebrados com projetos e eventos.

A rúbrica de Capital Próprio manteve sensivelmente os valores do ano anterior. Registou-se um aumento da rúbrica de subsídios ao investimento (outras variações nos fundos patrimoniais), assim como dos resultados positivos obtidos.

A situação líquida da FGF está resumida na Tabela 2.

Tabela 2. Situação líquida da Fundação Gaspar Frutuoso.

RÁCIOS	2016	2017	2018
Autonomia Financeira (Cap. Próprio / Total Ativo Líq.) * 100	27%	28%	28%
Cobertura Imobilizado (Cap. Perman. / Total Ativos Fixos Líq.) * 100	693%	719%	607%
Solvabilidade (Cap. Próprio / Total Passivo)	0,37	0,39	0,38
Liquidez Geral (Activo Circulante / Passivo Circulante)	1,32	1,34	1,32
Liquidez Imediata (Dep. Bancários + caixa / Passivo Circulante)	0,43	0,51	0,53

A autonomia financeira manteve-se inalterada face ao ano anterior. O nível atingido permite a cobertura de 28% do ativo líquido da Fundação, considerando os passivos assumidos e a dependência dos financiadores externos para a solvência dos mesmos.

Ao nível da cobertura do imobilizado, o rácio é bastante positivo, uma vez que todos os ativos imobilizados se encontram cobertos por capitais próprios em mais de 6 vezes. Este indicador registou um ligeiro decréscimo face ao ano anterior, traduzindo a capacidade de a Fundação financiar as aquisições dos mesmos por subsídios ao investimento obtidos ou por resultados de exploração gerados pela Fundação. Contudo, este rácio encontra-se condicionado aos níveis de investimento registados nos últimos exercícios.

Analisando o rácio de solvabilidade da Fundação, os valores são inferiores a 1, o que traduz a insuficiência de capitais próprios da Fundação face ao passivo total. Este indicador é, por um lado, justificável pelo passivo não financeiro da entidade maioritariamente relacionado com contratos assumidos com projetos e prestações de serviços, mas por outro lado releva a necessidade de reforço de capitais próprios da entidade, face às necessidades de financiamento que o aumento da atividade coloca à Fundação.

Ao nível dos indicadores de liquidez geral, o indicador é superior a 1, dado que o ativo corrente é superior ao passivo corrente. Quanto ao rácio da Liquidez reduzida, que compara o valor de depósitos bancários e caixa com o passivo total, o valor é inferior a 1.

Destaca-se, contudo, a consolidação generalizada destes indicadores no triénio acima apresentado.

10. EVOLUÇÃO DE RENDIMENTOS E GASTOS

Ao nível dos rendimentos e gastos, o ano de 2018 registou o exercício económico de maior atividade operacional de sempre, representando um aumento de 19% do nível de rendimentos e dos gastos. Se considerarmos que o crescimento registado em 2017 havia sido de cerca de 40%, destaca-se o elevado incremento operacional registado no biénio 2017-2018. Estas variações, decorrentes da atividade operacional, permitiram apresentar um resultado operacional positivo, superior ao do ano anterior. A Figura 13 procura traduzir esta realidade.



Figura 13. Evolução da atividade da Fundação Gaspar Frutuoso entre 2014 e 2018.

O ano de 2018 registou um aumento considerável do nível da execução de gastos, associados à execução de projetos, eventos e prestação de serviços, quando comparado com o ano anterior (ver Figura 18). Quanto ao nível de Gastos, o ano de 2018 registou um total de 3,031 milhões de euros, valor similar ao volume de Rendimentos registado para igual período.

Na Figura 14 demonstra-se a estrutura de gastos da Fundação no corrente exercício.

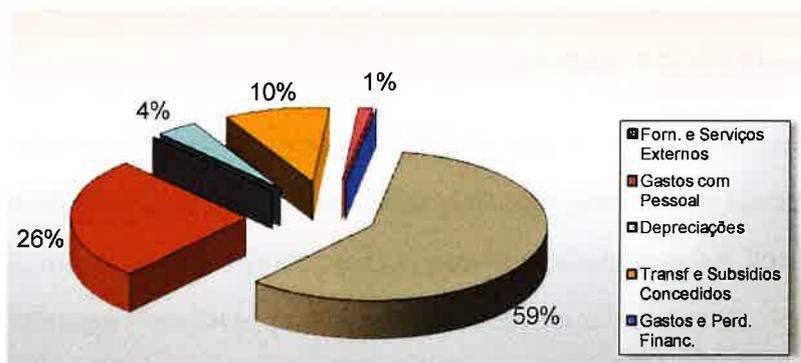


Figura 14. Estrutura de gastos da Fundação no corrente exercício (ano de 2018).

De acordo com a Figura 14, a rubrica de gastos com maior contribuição é a de Fornecimentos e Serviços Externos (59%), seguindo-se os Gastos com Pessoal, exceto avenças, (26%), as Transferências e Subsídios Concedidos relativos a bolsas de investigação (10%), as Amortizações e Depreciações (6%) e ou Outros Gastos (1%). De destacar, face ao ano anterior, o aumento do peso percentual da rubrica de gastos com Pessoal, que passou de 18% para 26 %, decorrente da contratação, a termo, de recursos humanos afetos a projetos de investigação em curso.

Ao nível dos gastos de funcionamento da estrutura administrativa da Fundação Gaspar Frutuoso, nos anos de 2017 e de 2018, registaram os valores apresentados na Tabela 3.

Tabela 3. Gastos de funcionamento da estrutura administrativa da Fundação Gaspar Frutuoso, nos anos de 2017 e de 2018.

Estrutura da Fundação			
Rubricas	2017	2018	Var. %
Despesas de Capital	36,708.23	7,952.25	-78.34%
Despesas com Pessoal	132,505.27	174,664.50	31.82%
Aquisição de Serviços	65,435.31	61,910.05	-5.39%
Aquisição de Bens	6,422.71	9,866.81	53.62%
Total	241,071.52	254,393.61	5.53%

Na Figura 15, é representada a distribuição percentual das rubricas de despesas de funcionamento da Fundação.

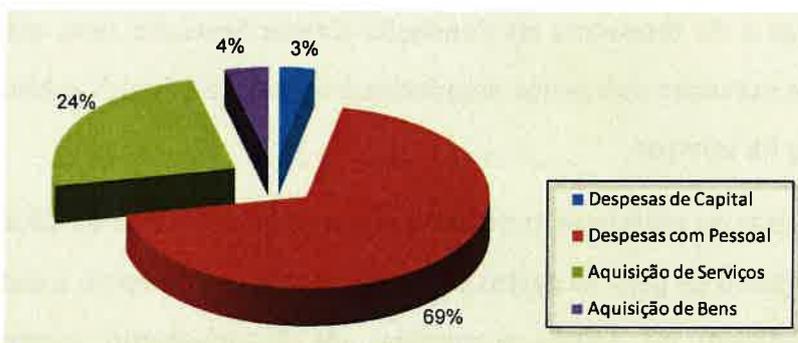


Figura 15. Distribuição percentual das rubricas de despesas de funcionamento da Fundação no ano de 2018.

Quanto à estrutura de Rendimentos, no ano de 2018 totalizaram 3,065 milhões de euros, o que representa um aumento de 19%, face ao ano anterior, com 2,56 milhões de euros.

Na Figura 16, é detalhada a estrutura de Rendimentos da Fundação no ano de 2018:

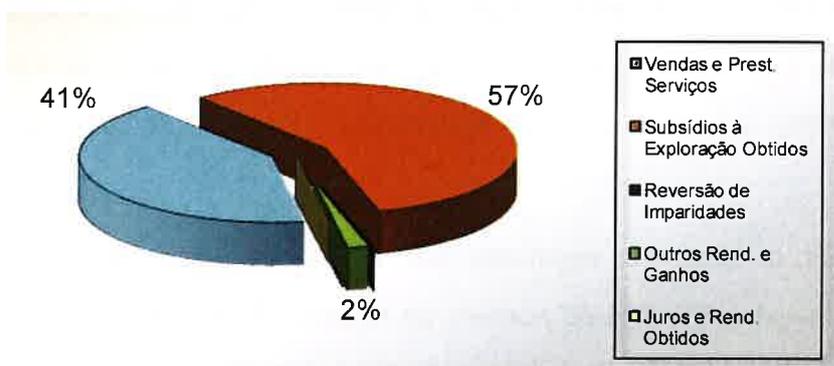


Figura 21. Estrutura de Rendimentos da Fundação no ano de 2018.

Ao nível dos Rendimentos, de destacar no ano de 2018 a maior contribuição por parte dos Subsídios à Exploração (56%), seguindo-se a Prestação de Serviços (40%).

Comparativamente aos últimos dois anos, podemos desde logo assinalar a manutenção do peso percentual da prestação de serviços na estrutura total de rendimentos (41% em 2018, 40% em 2017 e 51% registado em 2016), em contrapartida com os subsídios à exploração (57% em 2018, 56% em 2017 face a 40% registados em 2016).

Seguem-se os Outros Rendimentos (2%), provenientes da imputação anual dos subsídios para aquisição de equipamentos, e as Reversões de Imparidades, decorrentes do recebimento de créditos de cobrança duvidosa de clientes (menos de 1%).

A gestão das receitas e da tesouraria da Fundação Gaspar Frutuoso tem, assim, exigido uma adequação da execução dos gastos associados à especialização dos subsídios recebidos e das prestações de serviços.

Por outro lado, e apesar do crescimento dos serviços prestados no ano de 2018, a Fundação vê-se na contingência de gerir os gastos de funcionamento e de apoio a outras atividades que não beneficiem de apoios e medidas de financiamento externos, associados ao volume de medidas de investigação contratualizadas e ao recebimento destas rubricas de rendimentos.

De modo a averiguar-se a evolução das rubricas de gastos e de rendimentos, face ao ano anterior, resume-se na Tabela 4 o comparativo entre os anos de 2017 e de 2018.

Da análise da Tabela 4, assinala-se o aumento generalizado da estrutura de gastos e de rendimentos da Fundação, decorrente da maior atividade operacional no ano de 2018. Ao nível das rubricas de Rendimentos, destaque para o aumento registado nos Subsídios à Exploração (24%) e na Prestação de Serviços (21%), por contraste com a rubrica de Outros Rendimentos (-48%), à qual se encontra associada a imputação de subsídios ao investimento.

Ao nível dos gastos, os aumentos registados nas rubricas de Gastos com Pessoal (73%), fruto do aumento extraordinário do número de recursos humanos contratados, afetos aos projetos de investigação no final do ano de 2017, Transferências e Subsídios Concedidos para bolseiros (15%) e de Fornecimentos e Serviços Externos (8%), refletem a elevada execução de despesa ocorrida no exercício pela Fundação Gaspar Frutuoso, sobretudo associada aos contratos de investigação assumidos no âmbito de medidas de apoio de base regional e comunitária.

Tabela 4. Evolução das rubricas de gastos e de rendimentos entre os anos de 2017 e de 2018.

Gastos e Perdas	2017	2018	Var. %
Forn. e Serviços Externos	1,643,018.04	1,777,628.47	8.19%
Gastos com Pessoal	464,717.07	804,644.19	73.15%
Imparidades Dividas a Receber	0.00	0.00	a)
Depreciações	158,764.75	115,116.22	-27.49%
Transf e Subsídios Concedidos	256,171.71	293,604.66	14.61%
Outros Gastos e Perdas	16,529.25	40,051.82	142.31%
Gastos e Perdas Financ.	0.00	0.00	a)
Totais	2,539,200.82	3,031,045.36	19.37%
Rendimentos e Ganhos			
Vendas e Prest. Serviços	1,026,002.48	1,273,716.03	24.14%
Subsídios à Exploração Obtidos	1,433,859.90	1,737,947.36	21.21%
Reversão de Imparidades	4,328.32	1,200.00	a)
Outros Rend. e Ganhos	101,471.96	52,389.14	-48.37%
Juros e Rend. Obtidos	0.00	0.00	a)
Totais	2,565,662.66	3,065,252.53	19.47%

Quanto aos Rendimentos e Ganhos Financeiros, no que se refere aos juros, regista-se a perda desta rubrica de receita nos últimos dois anos, fruto de a obrigatoriedade da Fundação depositar as suas disponibilidades junto do IGCP sem qualquer remuneração.

A rubrica de Outros Rendimentos e Ganhos engloba sobretudo os subsídios ao investimento imputados no exercício, uma vez que a maior parcela se encontra na rubrica de Outras Variações no Capital Próprio, no Balanço, seguindo o princípio contabilístico da especialização do exercício, em que os investimentos realizados são imputados a rendimentos dos exercícios em que são amortizados.

O resultado líquido do exercício foi positivo em cerca de 34 mil euros, fruto da política de rigor da Fundação para garantir a execução dos compromissos assumidos, face a um ano exigente, considerando o elevado nível de execução financeira, o maior volume de transferências por parte de algumas das entidades financiadoras e o aumento de procedimentos na operacionalização do QCA e outras medidas de apoio em vigor.

De assinalar os gastos de funcionamento decorrentes do novo enquadramento da Fundação Gaspar Frutuoso, Fundação Pública, com implementação de aplicação informática (ERP PRIMAVERA PUBLIC SECTOR) e novas regras relacionadas com contratação pública, contabilidade orçamental e novos reportes de informação a diversas entidades, que mantiveram, quer financeiramente quer operacionalmente, um esforço adicional da entidade e do reforço dos seus colaboradores.

Em suma, os resultados obtidos resultaram sobretudo do incremento da execução de medidas de apoio à investigação por parte da Fundação Gaspar Frutuoso nos anos de 2017 e de 2018. Os resultados obtidos no ano de 2018 foram positivos, representando uma melhoria face ao ano de 2016 em cerca de 8 mil euros, e mantendo assim o registo de continuidade de resultados positivos no último quadriénio, quando comparados com os prejuízos registados entre os anos de 2012 a 2014.

Estamos perante uma Fundação Pública sem fins lucrativos, com necessidade de incrementar as suas receitas próprias, dada a dependência dos apoios e subsídios para equilíbrio das contas de exploração e capacidade financeira, capaz de manter o desenvolvimento do seu objeto social e a execução dos projetos e medidas contratualizadas com as diferentes entidades financiadoras.

O desafio da Fundação coloca-se na importância de assegurar um nível de receitas compatível com a estrutura de gastos e com os níveis de investimento contratualizados, de forma a garantir a cobertura dos encargos de estrutura e assegurar a sustentabilidade da Fundação Gaspar Frutuoso.

A alteração de algumas tipologias de financiamento ao abrigo do atual Quadro Comunitário de Apoio, com a redução de adiantamentos de verbas, vem acrescer o desafio na gestão financeira da Fundação, do qual dependerá o reembolso em prazo aceitável por parte das entidades financiadoras.

11. FISCALIZAÇÃO DA FUNDAÇÃO

Decorrente dos Estatutos, o Fiscal Único é o órgão responsável pelo controlo da legalidade, da regularidade e da boa gestão financeira e patrimonial da Fundação.

Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, no que respeita ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, poder-se-á consultar no anexo IV o relatório e parecer deste Órgão, e no anexo V a respetiva Certificação Legal das Contas.

12. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho Diretivo da Fundação Gaspar Frutuoso, FP, propõe que o resultado líquido do exercício de 2018, no valor de 34.207,17€ (trinta e quatro mil duzentos e sete euros e dezassete cêntimos) seja transferido para a conta de “Resultados Transitados”.

13. DESAFIOS

Neste ponto o Conselho Diretivo aproveita para resumir os principais desafios à gestão da FGF, assentes na experiência que temos vindo a acumular desde 2015. Apesar do rigoroso controlo orçamental e do forte conhecimento das regras de elegibilidade, assistiremos sempre a uma grande imprevisibilidade do resultado final do exercício, devido à enorme dependência de variáveis externas. Passamos a apresentar os principais desafios revelados no exercício de 2018, e que merecem reflexão em 2019:

- i) Da análise feita às despesas de funcionamento da estrutura administrativa da Fundação Gaspar Frutuoso, constata-se que cerca de 50% corresponde a custos de contexto, não dependentes do volume de “negócio”. Trata-se de procedimentos burocráticos, legalmente exigidos, que implicam elevado nº de reportes a diversos níveis. A título de exemplo, e só em matéria de RH, a FGF para desenvolver a sua atividade necessita de um mínimo de 5 técnicos superiores, sendo que dois destes estão afetos a tempo inteiro a reportes obrigatórios, consumindo tantos recursos quantos os diretamente relacionados com a atividade.

A única solução parece ser o aumento do volume de “negócios”, fator que está maioritariamente dependente em primeiro lugar das políticas públicas e, depois, da competitividade das equipas de investigação.

- ii) A não evolução dos procedimentos por parte da Fundação para a Ciência e tecnologia (FCT, I.P.), principal agência de financiamento da investigação em Portugal, obriga a FGF ao cumprimento de mecanismos irracionais, morosos e ambientalmente reprováveis. Apenas a título de exemplo, refira-se a obrigatoriedade de envio de listagens em suporte de papel, apesar de se efetuar a submissão de despesa eletronicamente no portal criado para o efeito. Outras entidades, que gerem as verbas comunitárias a nível regional e nacional, já se adaptaram.

Ainda quanto a procedimentos da FCT, e contrariamente a uma regra de ouro estabelecida pela Comissão Europeia, que é a de que não haver transações entre parceiros, esta agência ainda concentra todos os pagamentos na entidade proponente, sendo esta, por sua vez, a distribuir o apoio pelas várias entidades

participantes. Ora, se a FCT tem um prazo de pagamento que varia entre 6 e 12 meses, se a própria entidade proponente já enfrentar problemas de caixa, imagine-se as participantes como é o caso da FGF, que já teve que esperar mais de 4 anos por transferências da proponente, sem qualquer proteção da FCT? O CD procurará em 2019 dar nota à FCT dos impactos negativos que estes procedimentos têm no normal funcionamento da FGF, fazendo sugestões de melhoria.

- iii) Um terceiro desafio da FGF, e quiçá o mais importante, é ser capaz de assegurar um nível de receitas compatível com a estrutura de gastos e com os níveis de investimento contratualizados em cada ano, garantindo a cobertura dos encargos de estrutura e assegurando a sustentabilidade da instituição. Deste desiderato dependerá a boa execução da investigação científica na Universidade dos Açores.

Ponta Delgada, 5 de abril de 2019

O Conselho Diretivo,



The image shows three handwritten signatures in blue ink, each written over a horizontal line. The signatures are: 1. A stylized signature that appears to be 'António Rodrigues'. 2. A signature that appears to be 'Adolfo Fialho'. 3. A signature that appears to be 'Neli Ferreira'.

ANEXO I. ORÇAMENTO DE DESPESA PREVISTA E EXECUTADA EM 2018

Tabela I.1. Orçamento de Despesa prevista em 2018.

Descrição	319 Transferências de RG entre organismos (FCT, IP)	411 422 FEDER - Competit. e Intern. Coop.	482 Financiamento Fundos Europeus	513 Receta própria do ano	540 Transf. Receita Própria entre organismos	Dotação total
Despesas com pessoal	123 837.00 €	412 950.00 €	- €	403 066.00 €	84 052.00 €	1 023 905.00 €
Aquisição de bens e serviços	89 200.00 €	433 000.00 €	183 800.00 €	647 000.00 €	242 500.00 €	1 595 500.00 €
Transferências correntes e out. despesas correntes	75 250.00 €	62 000.00 €	40 500.00 €	241 809.00 €	76 250.00 €	495 809.00 €
Aquisição de bens de capital	19 500.00 €	147 000.00 €	11 000.00 €	53 000.00 €	32 500.00 €	263 000.00 €
Total executado	307 787.00 €	1 054 950.00 €	235 300.00 €	1 344 875.00 €	435 302.00 €	3 378 214.00 €

Tabela I.2. Orçamento de Despesa executada em 2018.

Descrição	319 Transferências de RG entre organismos (FCT, IP)	411 422 FEDER - Competit. e Intern. Coop.	482 Financiamento Fundos Europeus	513 Receta própria do ano	540 Transf. Receita Própria entre organismos	Dotação total
Despesas com pessoal	88 389.86 €	366 205.72 €	5 851.22 €	545 737.42 €	103 063.02 €	1 109 247.24 €
Aquisição de bens e serviços	204 611.46 €	168 376.08 €	19 929.30 €	856 562.14 €	269 114.36 €	1 518 593.34 €
Transferências correntes e out. despesas correntes	62 803.53 €	15 530.61 €	- €	272 395.39 €	61 778.77 €	412 508.30 €
Aquisição de bens de capital	14 606.69 €	41 162.19 €	- €	70 031.13 €	56 595.61 €	182 395.62 €
Total executado	370 411.54 €	591 274.60 €	25 780.52 €	1 744 726.08 €	490 551.76 €	3 222 744.50 €

ANEXO II. ORÇAMENTO DE RECEITA PREVISTA E EXECUTADA EM 2018

Tabela II.1. Orçamento de Receita prevista em 2018.

Descrição	319 Transferências de RG entre organismos (FCT, IP)	411 422 FEDER - Intern. Coop. Transnacional	482 Financiamento Fundos Europeus	513 Receita própria do ano	540 Transf. Receita Própria entre organismos	Previsão total
Rendimentos de propriedade	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Transferências correntes	288 287.00 €	907 950.00 €	224 300.00 €	12 290.00 €	402 802.00 €	1 835 629.00 €
Vendas de bens e serviços	- €	- €	- €	1 279 585.00 €	- €	1 279 585.00 €
Transferências de capital	19 500.00 €	147 000.00 €	11 000.00 €	53 000.00 €	32 500.00 €	263 000.00 €
Total executado	307 787.00 €	1 054 950.00 €	235 300.00 €	1 344 875.00 €	435 302.00 €	3 378 214.00 €

Tabela II.2. Orçamento de Receita cobrada em 2018.

Descrição	319 Transferências de RG entre organismos (FCT, IP)	411 422 FEDER - Competit. e Intern. Coop.	482 Outros Financiamento União Europeia	513 Receita própria do ano	540 Transf. Receita Própria entre organismos	Receita Cobrada total
Rendimentos de propriedade	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Transferências correntes	506 691.38 €	615 032.06 €	66 051.56 €	122 131.02 €	575 943.87 €	1 885 849.89 €
Vendas de bens e serviços	- €	- €	- €	1 720 663.18 €	- €	1 720 663.18 €
Transferências de capital	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total executado	506 691.38 €	615 032.06 €	66 051.56 €	1 842 794.20 €	575 943.87 €	3 606 513.07 €

ANEXO III. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESPETIVAS NOTAS EXPLICATIVAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balço em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

Euros

RUBRICAS	NOTAS	31 Dez 2018	31 Dez 2017
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	298,970.63	244,660.91
Ativos intangíveis	3	2,070.18	675.83
Participações financeiras	18.4	5,085.42	1,723.03
		306,126.23	247,059.77
Ativo corrente			
Inventários	10	76.68	100.75
Devedores por transferências e subsídios	14	3,270,779.04	3,520,938.50
Clientes, contribuintes e utentes	18.1	431,440.68	221,473.60
Outras contas a receber	18.1	124,119.61	0.00
Diferimentos	18.1	6,535.30	13,262.77
Caixa e depósitos	1.2	2,595,707.56	2,301,229.46
		6,428,658.87	6,057,005.08
Total do ativo		6,734,785.10	6,304,064.85
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património / Capital	18.3	748,196.85	748,196.85
Reservas	18.3	1,101,356.84	1,101,356.84
Resultados transitados	18.3	-166,016.51	-192,498.35
Outras variações no património líquido	18.3	142,095.12	94,845.66
		1,825,632.30	1,751,901.00
Resultado líquido do período		34,207.17	25,481.84
Total do Património Líquido		1,859,839.47	1,778,382.84
Passivo			
		0.00	0.00
Passivo corrente			
Fornecedores	18.2	13,428.27	28,570.90
Estado e outros entes públicos	18.2	78,266.19	33,759.94
Outras contas a pagar	18.2	3,307,809.60	3,492,889.93
Diferimentos	18.2	1,475,441.57	970,461.24
		4,874,945.63	4,525,682.01
Total do passivo		4,874,945.63	4,525,682.01
Total do património líquido e do passivo		6,734,785.10	6,304,064.85

O Contabilista Certificado



O Conselho Diretivo



Demonstração dos Resultados em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31 Dez 2018	31 Dez 2017
Prestações de serviços	13	1,273,716.03	1,026,002.48
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	14	1,737,947.36	1,433,859.90
Fornecimentos e serviços externos	23.1	-1,777,628.47	-1,643,018.04
Gastos com o pessoal	19	-804,644.19	-464,717.07
Transferências correntes e subsídios concedidos	23.2	-293,604.66	-256,151.71
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	18.1	1,200.00	4,328.32
Outros rendimentos e ganhos	23.3	52,389.14	101,471.96
Outros gastos e perdas	23.4	-40,051.82	-16,529.25
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		149,323.39	185,246.59
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	23.5	-115,116.22	-158,764.75
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		34,207.17	26,481.84
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
Resultado antes de impostos		34,207.17	26,481.84
Imposto sobre o rendimento do período		0.00	0.00
Resultado líquido do período		34,207.17	26,481.84

O Contabilista Certificado



O Conselho Diretivo



Demonstração das Alterações do Património Líquido em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos patrimoniais atribuídos aos Instituidores						Total do património Líquido
		Capital / Património Realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no Património Líquido	Resultado líquido do período	
Posição no início de 2017	18.3	748,196.85	91,074.66	1,010,282.18	-204,120.35	129,990.36	11,622.00	1,787,045.70
Saldo inicial reexpresso		748,196.85	91,074.66	1,010,282.18	-204,120.35	129,990.36	11,622.00	1,787,045.70
Alterações no Período								
Outras alterações reconh. no Património Líquido	18.3	0.00	0.00		11,622.00	-35,144.70	-11,622.00	-35,144.70
Resultado Líquido do Período		0.00	0.00		11,622.00	-35,144.70		
Resultado Integral							26,481.84	26,481.84
Posição no fim de 2017		748,196.85	91,074.66	1,010,282.18	-192,498.35	94,845.66	26,481.84	1,778,382.84
Posição no início de 2018	18.3	748,196.85	91,074.66	1,010,282.18	-192,498.35	94,845.66	26,481.84	1,778,382.84
Alterações no Período								
Outras alterações reconh. no Património Líquido	18.3	0.00	0.00	0.00	26,481.84	47,249.46	-26,481.84	47,249.46
Resultado Líquido do Período		0.00	0.00	0.00	26,481.84	47,249.46		
Resultado Integral							34,207.17	34,207.17
Posição no fim de 2018	18.3	748,196.85	91,074.66	1,010,282.18	-166,016.51	142,095.12	34,207.17	1,859,839.47

O Contabilista Certificado



O Conselho Diretivo



Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

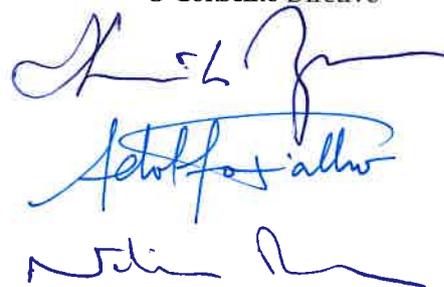
Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31 Dez 2018	31 Dez 2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimento de clientes e utentes		1,445,809.67	1,362,375.00
Recebimento de subsídios à exploração		1,803,569.05	1,252,879.32
Pagamentos a fornecedores		-1,771,954.96	-1,624,278.38
Pagamentos ao pessoal		-819,052.61	-441,895.12
Pagamentos de bolsas de investigação		-293,604.66	-256,151.71
Caixa gerada pelas operações		364,766.49	292,929.11
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		0.00	0.00
Outros recebimentos / pagamentos		29,703.66	-4,193.47
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		394,470.15	288,735.64
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-176,217.69	-137,661.90
Ativos intangíveis		-2,692.81	-1,679.34
Investimentos financeiros		-3,362.39	-715.05
		-182,272.89	-140,056.29
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		0.00	1,900,000.00
Subsídios ao investimento		82,280.84	63,363.31
Juros e rendimentos similares		0.00	0.00
		82,280.84	1,963,363.31
Fluxo de caixa das atividades de investimento (2)		-99,992.05	1,823,307.02
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2)			
Efeito das diferenças de câmbio		0.00	0.00
Caixa e seus equivalentes no início do período		2,301,229.46	189,186.80
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1.2	2,595,707.56	2,301,229.46
Conciliação entre caixa e seus equivalentes e saldo de gerência			
Caixa e seus equivalentes no início do período		2,301,229.46	189,186.80
- Equivalentes a caixa no início do período			
- Variações cambiais de caixa no início do período			
Saldo da gerência anterior		2,301,229.46	189,186.80
De execução orçamental		2,292,731.98	189,186.80
De operações de tesouraria		8,497.48	0.00
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2,595,707.56	189,186.80
- Equivalentes a caixa no fim do período			
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
Saldo para a gerência seguinte		2,595,707.56	2,301,229.46
De execução orçamental		2,591,669.03	2,292,731.98
De operações de tesouraria		4,038.53	8,497.48

O Contabilista Certificado



O Conselho Diretivo



ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Nota introdutória

Adoção pela primeira vez do Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas - SNC-AP

A Fundação Gaspar Frutuoso é uma fundação pública de direito privado, que goza de autonomia administrativa e financeira, que adotava como referencial contabilístico o SNC. A entrada em vigor em 2018 do Sistema de Normalização Contabilístico para as Administrações Públicas (SNC-AP), obrigou-a à transição para este referencial contabilístico com efeitos a 01/01/2018.

As presentes demonstrações financeiras são as primeiras apresentadas de acordo com as Normas de Contabilidade Públicas ("NCP") expressas no sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), publicado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, e de acordo com a NCP1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, tendo a Fundação Gaspar Frutuoso preparado o seu balanço de abertura na data de transição a 1 de janeiro de 2018.

No processo de transição das políticas contabilísticas anteriormente adotadas no SNC para o SNC-AP, considerou-se não existir quaisquer ajustamentos ao último balanço preparado de acordo com o normativo anterior. Desta forma, os valores comparativos relativos ao exercício de 2017 apenas sofreram algumas reclassificações, e, desta forma, não se aplica a apresentação e a reconciliação e descrição dos impactos da transição do normativo anterior para o SNC-AP, no património líquido, resultado do período e fluxos de caixa.

1. Identificação da Entidade e período de relato e referencial contabilístico

1.1 Identificação da Entidade e período de relato

a) Designação da entidade

"Fundação Gaspar Frutuoso", adiante designada por "Fundação".

b) Sede

Rua da Mãe de Deus, Ponta Delgada.

c) Constituição da entidade e natureza da atividade

A "Fundação Gaspar Frutuoso, FP", adiante designada por "Fundação" é uma Fundação Pública de Direito Privado dotada de personalidade jurídica, órgãos e património próprios e de autonomia administrativa e financeira, que se rege pelos seus estatutos, regulamentos internos, lei-quadro das fundações e demais legislação aplicável, conforme o artigo I dos mesmos, publicados em Diário da Republica, 2ª série, nº 191 de 30 de setembro de 2015. Foi constituída por escritura de 4 de Março de 1999 e tem utilidade pública concedida por despacho do Presidente do Governo dos Açores de 29 de Novembro de 2004, publicado em Jornal Oficial II série, nº 50 de 14 de Dezembro de 2004 ". Com um Património ou Capital estatutário de 748.196,85€, integralmente subscrito e realizado pela Universidade dos Açores, a Fundação tem por fim de acordo com artigo III dos seus estatutos, num quadro de estreita colaboração com a Universidade dos Açores, fomentar as atividades de cariz científico, tecnológico, social, cultural artístico, económico e ambiental, entre outros, através da promoção e participação em concursos, programas e projetos, assim como do desenvolvimento de ações de formação, consultoria e divulgação.

d) Designação da Entidade - Mãe:

"Universidade dos Açores"

e) Sede da Entidade - Mãe:

Rua da Mãe de Deus, Ponta Delgada

f) Período de relato:

O período de relato é de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro do ano de 2018.

1.2 Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações e do regime do acréscimo a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Administrações Públicas (SNC AP) que faz parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

Todavia, o Conselho Diretivo fará sempre divulgações para a além das especificamente exigidas por este referencial de modo a garantir uma apresentação apropriada.

A Administração não registou impactos significativos que possam afetar as demonstrações financeiras da Fundação decorrentes da adoção neste sistema de normalização contabilística nessa data.

Os valores inscritos nas rubricas de caixa e de depósitos bancários eram os seguintes:

Rúbricas	31-Dez-18	31-Dez-17
Caixa		
Depósitos à ordem	2,595,707.56	2,301,229.46
Sub total Caixa e seus equivalentes	2,595,707.56	2,301,229.46

Por imposição da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E, a Fundação foi obrigada a transitar todos os saldos de depósitos bancários à ordem e a prazo para aquela instituição. Estes depósitos não são remunerados. Na sequência da integração na administração central do Estado, a Fundação passou a estar sujeita ao princípio da Unidade de Tesouraria consagrado na LOE, o que significa que passou a estar obrigada a depositar em contas na tesouraria do Estado a totalidade das suas disponibilidades e aplicações financeiras, seja qual for a origem ou natureza das mesmas, incluindo receitas próprias, e a efetuar todas as movimentações de fundos por recurso aos serviços bancários disponibilizados pelo IGCP, E. P. E..

Em 2018, a FGF possuía duas contas à ordem no IGCP, onde concentrou todas as suas disponibilidades de tesouraria, dispõe ainda de uma conta de depósitos à ordem no MILLENNIUM BCP para efeitos de depósitos e passagem de fundos para o IGCP, visto que esta Instituição não dispõe de filiais na RAA, trata-se de um procedimento instruído e autorizado pelo IGCP.”

Derrogação das disposições do SNC-AP

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

2.1 Bases de mensuração e apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e do regime do acréscimo, a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação, mantidas de acordo como SNC-AP em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais efetivas e as resultantes da conversão pela taxa de câmbio à data do relato são reconhecidas na demonstração dos resultados, na rubrica de gastos e rendimentos operacionais, exceto se não estiverem relacionadas com operações de financiamento. A Fundação classifica os ativos e os passivos em correntes quando se espera que sejam (i) realizados ou liquidados, ou que estejam detidos para venda ou consumo, no decurso do seu ciclo operacional; (ii) detidos principalmente com a finalidade de ser negociados; (iii) realizados ou liquidados dentro de doze meses após a data de relato; ou (iv) caixa ou um equivalente a caixa, a menos que seja limitada a sua troca ou uso para regularizar um passivo durante pelo menos doze meses após a data de relato ou não tenha um direito incondicional de diferir a sua liquidação durante esse período. Todos os outros ativos e passivos devem ser classificados como não correntes.

2.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

As políticas contabilísticas mais relevantes são abaixo indicadas.

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis para uso ou prestarem um serviço, encontram-se mensurados ao custo, deduzidas das depreciações e eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável. Este custo inclui o custo considerado à data de transição para o SNC-AP e o custo de aquisição para ativos adquiridos após essa data.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método de quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado.

Os dispêndios subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil dos ativos são reconhecidos no custo do ativo, enquanto as despesas com reparações e manutenção que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos restantes ativos fixos tangíveis correspondem às vidas úteis estimadas (anos), utilizando-se na sua determinação o método das quotas constantes por duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Rúbricas	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10
Equipamento básico	1 - 14
Equipamento de transporte	4 - 8
Equipamento administrativo	1 - 10
Outros activos fixos tangíveis	1 - 5

As vidas úteis e o método de depreciação dos ativos fixos tangíveis são periodicamente revistos. O efeito de alguma alteração a essas estimativas contabilísticas é reconhecido prospectivamente nas demonstrações financeiras.

Os ganhos ou perdas resultantes da alienação ou abate dos ativos fixos tangíveis são determinados pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados no período em que ocorrem.

b) Imparidades de ativos

A Fundação avalia os seus ativos para efeitos de imparidade consoante a sua natureza, tendo em conta que são detidos para gerar um retorno económico (ativos geradores de caixa) ou para prestarem um serviço (ativos não geradores de caixa) resultante do seu uso ou venda.

As quantias escrituradas desses ativos são periodicamente revistas para se determinar eventuais imparidades em relação a quantia recuperável do ativo ou conjunto de ativos.

A quantia recuperável do ativo ou de serviço é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. O valor de uso de um ativo (i) gerador de caixa é o valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera obter do uso continuado e da sua alienação no final da sua vida útil e (ii) não gerador de caixa é o valor presente do potencial de serviço remanescente do ativo. Sempre que for inferior é reconhecida uma perda por imparidade registada de imediato na demonstração dos resultados. A reversão de perdas por imparidade determinadas em anos anteriores é registada na demonstração dos resultados até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

c) Inventários

Os inventários estão mensurados pelo custo ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, sendo reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra. O custo é determinado utilizando o método do custo médio ponderado.

d) Instrumentos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais e estão mensurados ao custo amortizado, quando aplicável, ou ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

Os ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado quando (i) sejam à vista ou tenham maturidade definida em termos de prazo; (ii) o seu retorno ou remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e (iii) não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda ou alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a receber ou pagar.

Para os ativos e passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos ou pagar a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta os recebimentos e os pagamentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Os principais ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são: (i) Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos; (ii) Clientes, contribuintes e utentes; (iii) Fornecedores e outras contas a pagar.

Os ativos e passivos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo amortizado e integram instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação, são registados ao justo valor, sendo as variações de justo valor registadas nos resultados de exercício, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

Clientes, contribuintes e utentes e outras contas a receber

As rubricas de Clientes, contribuintes e utentes e outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de qualquer perda de imparidade, quando existir evidência objetiva de que determinadas transações não serão recuperáveis de acordo com as condições contratuais.

Caixa e equivalentes de caixa

Correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria a curto prazo (3 meses) que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco não significativo de alterações de valor.

Património realizado

O Património corresponde à dotação inicial da Universidade dos Açores, em numerário.

Fornecedores e outras contas a pagar

As rubricas de Fornecedores e Outras contas a pagar são inicialmente reconhecidas ao justo valor e são subsequentemente apresentadas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva.

e) Imparidade de ativos financeiros

As quantias escrituradas dos ativos financeiros são sujeitas anualmente a testes de imparidade para determinar se existe evidência objetiva de que os seus fluxos de caixa futuros estimados desses ativos serão, ou não, afetados.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas e subsequentemente serão também revertidas por resultados, caso essa diminuição possa ser objetivamente relacionada com situações que tiveram lugar após o seu reconhecimento.

f) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Fundação desreconhece os ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados. São desreconhecidos também os ativos financeiros transferidos com o respetivo controlo cedido, mesmo que alguns riscos e benefícios significativos tenham sido retidos nessa transferência.

A Fundação desreconhece passivos financeiros quando a obrigação contratualmente estabelecida seja liquidada, cancelada ou expire.

g) Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade da sua existência seja provável e não seja remota.

Os ativos contingentes são divulgados quando é provável a existência de benefícios económicos futuros.

Os passivos contingentes são divulgados no anexo, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporem benefícios económicos, e são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas respetivas demonstrações financeiras.

h) Provisões

As provisões são reconhecidas quando (i) existir uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que a sua liquidação da obrigação venha a ser exigida e (iii) for fiável estimar o montante da obrigação. As provisões são periodicamente revistas e ajustadas para refletirem a melhor estimativa.

i) Rendimentos de transações

Os rendimentos obtidos são classificados de provenientes de transações com ou sem contraprestação, dependentemente de ter havido, ou não, uma retribuição próxima do justo valor dos recursos recebidos.

O rendimento de transações com contraprestação é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rendimento reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA ou outros impostos liquidados relacionados com a venda ou a prestação de serviços.

Os rendimentos provenientes da venda de bens são reconhecidos quando a Fundação (i) tiver transferido para o comprador os riscos e as vantagens significativas da propriedade dos bens; (ii) não mantenha envolvimento continuado da gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos; (iii) possa fiavelmente mensurar a quantia do rendimento; (iv) tiver garantido que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados com a transação possam fluir; e (v) possa fiavelmente mensurar os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação.

Os rendimentos associados à prestação de serviços são reconhecidos com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço, quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado, que pressupõe que (i) a quantia do rendimento possa ser fiavelmente mensurada; (ii) seja provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados à transação possam fluir; (iii) a fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e (iv) os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

Quando o influxo de dinheiro ou equivalente de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rendimento de juros, que é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que os benefícios económicos futuros fluam para a Entidade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O influxo dos recursos provenientes de uma transação sem contraprestação reconhecido como um ativo é reconhecido como rendimento, exceto até ao ponto em que for também reconhecido um passivo relativo ao mesmo influxo. A Fundação mensura o ativo de uma transação sem contraprestação como rendimento ao justo valor à data de aquisição e o correspondente rendimento pela quantia do aumento no ativo reconhecido pela mesma.

A Fundação quando satisfaz uma obrigação presente, reconhecida como um passivo, com respeito a um influxo de recursos provenientes de uma transação sem contraprestação, reduz a quantia escriturada do passivo reconhecido e reconhece uma quantia de rendimento igual a essa redução.

As participações financeiras do Governo Regional e de terceiros, atribuídas a fundo perdido, são reconhecidos pelo seu justo valor quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Fundação cumpre com todas as condições contratualmente assumidas.

Os subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em ativos fixos tangíveis e intangíveis são registados inicialmente em património líquido e subsequentemente reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos assim financiados.

Os subsídios à atividade não reembolsáveis são reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos, independentemente do momento do recebimento do subsídio.

j) Benefícios dos empregados

A Fundação reconhece em gastos os benefícios (que inclui todas as remunerações) a curto prazo dos empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico. O direito a férias e subsídio de férias relativo ao período vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, estando assim, os gastos correspondentes, já reconhecidos nos benefícios de curto prazo. Os benefícios atribuídos aos empregados como prémios e gratificações de desempenho são registados no período a que dizem respeito, independentemente da sua aprovação ou pagamento ocorrer no período seguinte.

k) Especialização de gastos e rendimentos

A Fundação regista os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização do exercício. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas como ativos e passivos, designadamente nas rubricas de Outras contas a receber e a pagar e diferimentos.

l) Imposto sobre o rendimento

A Fundação está isenta de liquidação de imposto sobre o rendimento (IRC) por se tratar de uma entidade pública com utilidade pública reconhecida por despacho do Presidente do Governo dos Açores de 29 de Novembro de 2004, publicado em Jornal Oficial II série, nº 50 de 14 de Dezembro de 2004, designadamente na Categoria B (rendimentos empresariais) desde que os rendimentos sejam diretamente derivados do exercício de atividades no âmbito dos seus fins estatutários.

m) Acontecimentos após a data de relato

Os acontecimentos que ocorram após a data do balanço que proporcionem prova de condições que existiam nessa data dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras e aqueles que sejam indicativos de condições que surgiram após essa data não darão lugar a ajustamentos, mas serão divulgados nas demonstrações financeiras se forem considerados materialmente significativos.

2.3 Julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC-AP requer julgamentos críticos no processo de determinação das políticas contabilísticas. Em 2018, não ocorreram quaisquer alterações às políticas contabilísticas.

2.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto de continuidade das operações, tendo o Conselho Directivo procedido à avaliação da capacidade da Fundação operar em continuidade e concluiu que dispõe de recursos apropriados para manter as atividades, não havendo a intenção de as cessar a curto prazo, pelo que considerou como apropriado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras. Os fatores relacionados com o desempenho futuro estão associados aos níveis de financiamento que sejam garantidos a nível das diversas fontes de financiamento.

2.5 Divulgações sobre alterações de políticas contabilísticas com efeitos no período corrente e/ou períodos subsequentes
Alterações às normas

Não foram publicadas no presente período novas normas, alterações ou interpretações efetuadas a normas existentes que devessem ser consideradas pela Fundação no período correntes e/ou em períodos subsequentes.

Alterações nas políticas contabilísticas

Não se verificaram quaisquer alterações às políticas contabilísticas adotadas pela Fundação, para os períodos apresentados, nem serão realizadas quaisquer alterações com base na informação disponível.

2.6 Principais estimativas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transações existente à data de aprovação das demonstrações financeira e tendo em consideração que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva.

Os julgamentos que, no futuro, poderão sofrer alterações com impacto material nos ativos e passivos e nos rendimentos e gastos estão relacionados com a capacidade de obtenção de recursos financeiros para fazer face às necessidades da atividade desenvolvida, os níveis de exigência que estão associados e regulamentados e os riscos associados à dificuldade de determinar a elegibilidade dos gastos incorridos nos projetos de investigação científica, desenvolvimento experimental e tecnológico financiados por entidades terceiras e a sua recuperabilidade financeira.

2.7 Alterações nas estimativas contabilísticas

Não se verificaram quaisquer alterações às políticas contabilísticas adotadas pela Fundação, para os períodos apresentados.

2.8 Erros materiais de períodos anteriores

Não foi identificado em 2018 qualquer erro relativo a períodos anteriores passível de correção, de acordo com os princípios da NCP 2 – Políticas Contabilísticas, Alterações em Políticas Contabilísticas e Erros.

3. Ativos Intangíveis

A rubrica "Ativos Intangíveis" apresentava a seguinte composição em 31 de Dezembro dos anos de 2018 e 2017:

31 de Dezembro de 2018

	Saldo em 01-Jan-18	Aquisições / Dotações	Transferências	Saldo em 31-Dez-18
Custo				
Software	19,526.27	2,692.81	-1,032.23	21,186.85
	19,526.27	2,692.81	-1,032.23	21,186.85
Depreciações Acumuladas				
Software	18,850.49	815.13	-548.95	19,116.67
	18,850.49	815.13	-548.95	19,116.67
Valor Líquido	675.78	1,877.68	-483.28	2,070.18

31 de Dezembro de 2017

	Saldo em 01-Jan-17	Aquisições / Dotações	Transferências	Saldo em 31-Dez-17
Custo				
Software	18,811.22	715.05		19,526.27
	18,811.22	715.05		19,526.27
Depreciações Acumuladas				
Software	18,404.79	445.65	0.05	18,850.49
	18,404.79	445.65	0.05	18,850.49
Valor Líquido	406.43	269.40	-0.05	675.78

5. Ativos Fixos Tangíveis

A rubrica "Ativos Fixos Tangíveis" apresentava a seguinte composição em 31 de Dezembro do ano de 2018 e 2017:

31 de Dezembro de 2018

Rúbricas	Saldo em 01-Jan-18	Aquisições / Dotações	Transferências / Abates	Saldo em 31-Dez-18
Custo:				
Terrenos	16,536.15	0.00		16,536.15
Edifícios e outras construções	23,790.57	0.00	157,324.95	181,115.52
Equipamento básico	2,222,266.91	99,560.76	-151,799.53	2,170,028.14
Equipamento de transporte	143,816.41	0.00		143,816.41
Equipamento administrativo	789,990.74	53,156.97	35,109.82	878,257.53
Outros activos fixos tangíveis	53,367.56	13,099.75	-39,603.01	26,864.30
Investimentos em curso	0.00	2,310.00		2,310.00
	3,249,768.34	168,127.48	1,032.23	3,418,928.05
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	23,790.57	60.94	157,264.01	181,115.52
Equipamento básico	2,104,951.47	73,742.53	-174,538.05	2,004,155.95
Equipamento de transporte	114,275.41	9,930.33		124,205.74
Equipamento administrativo	716,192.48	29,691.58	51,248.76	797,132.82
Outros activos fixos tangíveis	45,897.50	875.71	-33,425.82	13,347.39
	3,005,107.43	114,301.09	548.90	3,119,957.42
Valor Líquido	244,660.91			298,970.63

31 de Dezembro de 2017

Rúbricas	Saldo em 01-Jan-17	Aquisições / Dotações	Saldo em 31-Dez-17
Custo:			
Terrenos	16,536.15	0.00	16,536.15
Edifícios e outras construções	23,790.57	0.00	23,790.57
Equipamento básico	2,165,202.55	57,064.36	2,222,266.91
Equipamento de transporte	110,095.08	33,721.33	143,816.41
Equipamento administrativo	735,775.94	54,214.80	789,990.74
Outros activos fixos tangíveis	52,615.94	751.62	53,367.56
Investimentos em curso			
	3,104,016.23	145,752.11	3,249,768.34
Depreciações acumuladas			
Edifícios e outras construções	23,790.57	0.00	23,790.57
Equipamento básico	2,020,125.95	84,825.52	2,104,951.47
Equipamento de transporte	104,345.08	9,930.33	114,275.41
Equipamento administrativo	656,634.88	59,557.60	716,192.48
Outros activos fixos tangíveis	41,891.85	4,005.65	45,897.50
	2,846,788.33	158,319.10	3,005,107.43
Valor Líquido	257,227.90		244,660.91

Os valores registados em "Transferências" resultam maioritariamente de reclassificações entre contas de Ativos Fixos Tangíveis.

10. Inventários

A rubrica "Inventários" apresentava a seguinte composição em 31 de Dezembro do ano de 2018 e 2017:

Rúbricas	31-Dez-18	31-Dez-17
Materias primas subsidiárias e de consumo	76.68	100.75
	76.68	100.75

Estes valores referem-se ao stock de álcool para fins de Investigação Científica, adquirido com redução de imposto alfandegário.

13. Rendimentos de Transações com Contraprestação

Esta rubrica apresentava a seguinte composição em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017:

Rúbricas	31-Dez-18	31-Dez-17
	Mercado Interno	Mercado Interno
Prestação de serviços Cursos, Congressos e Ativ. Educ. e Culturais Consultoria Técnica e Científica	37,446.91 1,236,269.12	7,740.82 1,018,261.66
	1,273,716.03	1,026,002.48

14. Rendimentos de Transações sem Contraprestação

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a Fundação Gaspar Frutuoso reconheceu os seguintes rendimentos sem contraprestação:

Rúbricas	31-Dez-18	31-Dez-17
Subsídios anuais do Estado e outros Entes Públicos	197,029.28	84,104.23
Subsídios anuais de outras Entidades	21,109.93	1,789.04
Subsídios plurianuais de diversas Entidades: execução anual	1,519,808.55	1,347,966.63
	1,737,947.76	1,433,859.90

Os valores registados estão de acordo com a execução nos anos indicados das diversas ações e projetos no âmbito das atividades de investigação e eventos realizados, contratualizados com as várias entidades financiadoras no âmbito de apoios à exploração e funcionamento.

Rúbricas	Valores reconhecidos no Período em		
	Resultados	Património	Total
Subsídios anuais do Estado e outros Entes Públicos	197,029.28		197,029.28
Subsídios anuais de outras Entidades	21,109.63		21,109.63
Subsídios plurianuais de diversas Entidades: execução anual	1,519,808.55	82,280.84	1,602,089.39
	1,737,947.46	82,280.84	1,820,228.30

Esta rubrica apresentava a seguinte composição em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017:

Rúbricas	31-Dez-18	31-Dez-17
	Corrente	Corrente
Devedores por transferências e subsídios Entidades gestoras - Por medidas atribuídas Outros devedores	3,270,779.04	3,520,938.50
	3,270,779.04	3,520,938.50

A conta de devedores por subsídios atribuídos regista o valor a receber das entidades gestoras e financiadoras das diversas medidas e projetos, cujos movimentos e saldos do ano de 2018 e de 2017 se apresentam assim repartidos:

Entidades	Saldo em 31-Dez-2017	Aprovações	Recebimentos	Reforços e Devoluções	Saldo em 31-Dez-2018
Fundação Ciência e Tecnologia	998,780.85	841,822.18	580,985.79	0.00	1,259,617.24
Direção Reg. Ciência e Tecnologia	55,230.00	126,497.00	177,294.26	432.74	4,000.00
Fundo Regional Ciência e Tecnologia	50,000.00	100,000.00	90,000.00	0.00	60,000.00
PO Açores 2020	1,668,210.67	299,901.83	678,768.35	0.00	1,289,344.15
Comissão Europeia	275,004.81	0.00	36,451.56	97,092.00	141,461.25
PCT MAC	353,900.90	0.00	32,446.27	0.00	321,454.63
Outras entidades	119,811.27	169,166.40	94,075.90	0.00	194,901.77
Total	3,520,938.50	1,537,387.41	1,690,022.13	97,524.74	3,270,779.04

Entidades	Saldo em 31-Dez-2016	Aprovações	Recebimentos	Reforços e Devoluções	Saldo em 31-Dez-2017
Fundação Ciência e Tecnologia	1,411,963.20	0.00	390,532.54	22,649.81	998,780.85
Direção Reg. Ciência e Tecnologia	191,979.48	162,730.00	229,320.20	12,659.28	112,730.00
PO Açores 2020	1,999,424.63	0.00	331,213.96	0.00	1,668,210.67
Comissão Europeia	192,403.18	207,000.00	124,398.37	0.00	275,004.81
Outras entidades	138,007.27	83,500.00	97,989.04	11,206.96	112,311.27
PCT MAC		410,796.15	56,895.25		353,900.90
	3,933,777.76	864,026.15	1,230,349.36	46,516.05	3,520,938.50

Em conformidade com a avaliação efetuada pelo Conselho Diretivo em 31 de dezembro de 2018, os ativos foram reconhecidos no balanço quando existe a probabilidade da ocorrência de atividades presentes e futuras para a Fundação e os ativos tenham um custo ou um valor que podia ser mensurado com fiabilidade, designadamente a aceitação e aprovação da entidade gestora e financiadora. Todos estes ativos estão restringidos quanto ao cumprimento das condições cuja atribuição lhe está associada, independentemente de já ter sido recebido.

18. Instrumentos Financeiros

18.1 Ativos Financeiros

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 foram identificados as seguintes rubricas mensuradas ao custo amortizado:

a) Clientes, Contribuintes e Utentes

O saldo da rubrica "Clientes" apresentava a seguinte composição em 31 de Dezembro de 2018 e 2017:

Rúbricas	31-Dez-18	31-Dez-17
	Corrente	Corrente
Clientes		
Clientes conta corrente	431,440.68	221,473.60
Clientes de cobrança duvidosa	17,303.55	18,503.55
	448,744.23	239,977.15
Perdas por imparidade acumuladas	-17,303.55	-18,503.55
	431,440.68	221,473.60

O detalhe dos saldos a receber por prazos de cobrança era o seguinte:

Rúbricas	0-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	> 90 dias	Total
Clientes conta corrente	179,357.57	174,453.24	5,103.50	72,526.37	431,440.68
Clientes de cobrança duvidosa				17,303.55	17,303.55
	179,357.57	174,453.24	5,103.50	89,829.92	448,744.23

As imparidades foram constituídas de acordo com o critério fiscal para os clientes de cobrança duvidosa. O movimento da rubrica de imparidades acumuladas resume-se como se segue:

Perdas por imparidades	31-Dez-18	31-Dez-17
Saldo a 1 de Janeiro	18,503.55	22,831.87
Reversão	-1,200.00	-4,328.32
	17,303.55	18,503.55

b) Outros Contas a Receber

A rubrica "Contas a receber" apresentava a seguinte composição em 31 de Dezembro do ano de 2018 e 2017:

Rúbricas	31-Dez-18	31-Dez-17
	Corrente	Corrente
Acréscimos de rendimentos Prestação de Serviços Outros devedores	124,119.61	
	124,119.61	

Os valores registados resultam de faturação relativa à prestação de serviços emitida no ano de 2019 e referente ao ano de 2018.

c) Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o saldo das rubricas "Diferimentos" apresentavam os seguintes valores:

Rúbricas	31-Dez-18	31-Dez-17
Diferimentos (Activo)		
Seguros pagos antecipadamente	6,535.30	13,267.77
Outros gastos a reconhecer	403.00	
	6,938.30	13,267.77
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer (Serv. Prestados)	1,475,441.57	970,461.24
	1,475,441.57	970,461.24

Os valores registados resultam de contratos de prestação de serviços com carácter plurianual e em curso nos anos subsequentes.

18.2 Passivos Financeiros

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 foram identificados as seguintes rubricas mensuradas ao custo amortizado:

a) Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Fornecedores" registava a seguinte composição:

Rúbricas	31-Dez-18	31-Dez-17
Fornecedores conta corrente	13,428.27	28,570.90
	13,428.27	28,570.90

O saldo em dívida a fornecedores apresentava os seguintes prazos de pagamento:

Rúbricas	0-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	> 90 dias	Total
Fornecedores conta corrente	13,428.27	0.00	0.00	0.00	13,428.27
	13,428.27	0.00	0.00	0.00	13,428.27

b) Outras Contas a Pagar

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Outras contas a pagar" tinha a seguinte composição:

Rúbricas	31-Dez-18	31-Dez-17
	Corrente	Corrente
Fornecedores de Investimentos	0.00	8,090.21
Acréscimos de Gastos		
Férias e subs. férias e encargos	28,232.16	32,900.83
Outros gastos	23,827.27	9,762.67
Outros credores		
Entidades Gestoras - Medidas por executar	3,254,952.62	3,439,490.39
Credores diversos	797.55	2,645.83
	3,307,809.60	3,492,889.93

A conta de credores por projetos a executar regista o valor das medidas e projetos e de investigação aprovados e que ainda se encontram por realizar, a qual registou os seguintes movimentos no ano de 2018:

Resumo de movimentos anuais por rubricas	Subsídios à Exploração	Subsídios ao Investimento	Total
Saldo Inicial de Projetos em execução	3,167,292.80	272,197.59	3,439,490.39
Novos Projectos (nota 8)	1,331,224.37	206,163.04	1,537,387.41
Anulações / Restituições	-119,835.79	0.00	-119,835.79
Execução do ano (nota 14)	1,519,808.55	82,280.84	1,602,089.39
Transferências / reclassificações	-5,102.32	5,102.32	0.00
Saldo Final de Projetos em execução	2,853,770.51	401,182.11	3,254,952.62

Esta rubrica é reconhecida no passivo após existir segurança de que a Fundação cumprirá as condições associadas às medidas ou projetos que pretende executar, regra geral, na data da sua aprovação e são mantidos nesta rubrica enquanto estiverem em fase de desenvolvimento ou execução, independentemente do correspondente financiamento já ter sido ou não recebido. Os montantes dos financiamentos recebidos não proporcionam prova conclusiva de que as condições associadas à sua atribuição tenham sido ou serão cumpridas (Nota 14).

c) Estado e outros Entes Públicos

A Fundação Gaspar Frutuoso, FP, beneficia do Estatuto de Utilidade Pública, conforme despacho do Presidente do Governo Regional dos Açores de 29 de Novembro de 2004, e publicado em Jornal Oficial II série nº 50, de 14-12-2004. Em virtude da sua natureza, encontra-se isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Estado e outros entes públicos” no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

Rúbricas	31-Dez-18	31-Dez-17
Passivo		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	65,203.69	10,957.69
Imposto s/ rend. pessoas singulares (IRS)	11,648.68	8,035.31
Segurança Social / ADSE/CGA/FCT	1,413.82	14,766.94
	78,266.19	33,759.94

d) Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o saldo das rubricas “Diferimentos” apresentavam os seguintes valores:

Rúbricas	31-Dez-18	31-Dez-17
Diferimentos (Activo)		
Seguros pagos antecipadamente	6,535.30	13,267.77
Outros gastos a reconhecer	403.00	
	6,938.30	13,267.77
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer (Serv. Prestados)	1,475,441.57	970,461.24
	1,475,441.57	970,461.24

Os valores registados resultam de contratos de prestação de serviços com carácter plurianual e em curso nos anos subsequentes.

18.3 Capital ou Património Líquido

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 foram identificados as seguintes rubricas:

a) Património

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 o valor em "Património" encontrava-se integralmente realizado.

b) Reservas

A rubrica "Reservas" apresentava a seguinte composição nos exercícios de 2018 e 2017:

Rúbricas	Reservas Legais	Reservas Livres	Total em Reservas
Saldo em 01 de Janeiro de 2017	91,074.66	1,010,282.18	1,101,356.84
Aumentos			
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	91,074.66	1,010,282.18	1,101,356.84
Aumentos			
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	91,074.66	1,010,282.18	1,101,356.84

c) Resultados Transitados

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

Rúbricas	Valores
Saldo a 01-Jan-17	-204,120.35
Alterações no período (2017)	
1. Aplicação resultados 2016	11,622.00
Saldo em 31-Dez-17	-192,498.35
Alterações no período (2018)	
1. Aplicação resultados 2017	26,481.84
Saldo em 31-Dez-18	-166,016.51

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2017 foram aprovadas em Conselho Geral de 26 de Abril de 2018.

d) Outras variações no Património Líquido

Os valores desta rubrica respeitam aos subsídios ao investimento realizados, os quais são imputados a resultados de acordo com a taxa de depreciação aplicada aos ativos financiados.

O valor apresentado nesta rubrica do balanço encontra-se assim discriminado no quadro que abaixo se apresenta.

Rúbricas	Valores
Saldo a 01-Jan-17	129,990.36
Alterações no período (2016)	
1. Execução de subsídios ao investimento (nota 17)	63,363.31
2. Imput. subs. ao invest. a rendim. exerc. (nota 225)	-98,508.01
Saldo em 31-Dez-17	94,845.66
Alterações no período (2017)	
1. Execução de subsídios ao investimento (nota 17)	82,280.84
2. Imput. subs. ao invest. a rendim. exerc. (nota 25)	-35,031.38
Saldo em 31-Dez-18	142,095.12

18.4 Participações Financeiras

Esta rubrica apresentava a seguinte composição em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017:

31 de Dezembro de 2018

Participações	Ao custo	Saldo inicial	Aumento do ano	Saldo Final
Fundo Compensação Trabalho	5,085.42	1,723.03	3,362.39	5,085.42
	5,085.42	1,723.03	3,362.39	5,085.42

31 de Dezembro de 2017

Participações	Ao custo	Saldo inicial	Aumento do ano	Saldo Final
Fundo Compensação Trabalho	1,723.03	43.69	1,679.34	1,723.03
	1,723.03	43.69	1,679.34	1,723.03

19. Benefícios dos Empregados

Os gastos com pessoal, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, foram os seguintes:

Rúbricas	31-Dez-18	31-Dez-17
Remunerações dos órgãos sociais	46,643.58	40,545.42
Remunerações do pessoal	620,458.28	334,789.99
Indemnizações	3,167.24	1,614.57
Encargos sobre remunerações	126,341.14	76,141.33
Seguros	8,033.95	7,898.58
Outros gastos com pessoal	0.00	3,727.18
	804,644.19	464,717.07

Em 31 de Dezembro a Fundação contava 10 funcionários que desempenhavam funções de administrativas e técnicas, mais 2 colaboradores quando comparado com o ano de 2017. O número médio de empregados no exercício de 2018 foi de 9, mais 2 do que no ano de 2017. Paralelamente, em 31 de dezembro de 2018 a Fundação contava ainda com 22 contratados afectos a funções operacionais no âmbito de projectos de investigação, mais um quando comparado com o ano de 2017. Em 31 de dezembro desempenhavam ainda funções administrativas 7 estagiários ao abrigo do programa Estagiari L e T.

Apenas a Vogal do Conselho Diretivo, Dra. Nélia Ferreira foi remunerada pelo exercício das suas funções durante todo o ano de 2018 e de 2017. Os restantes membros dos órgãos sociais, nomeadamente do Conselho Diretivo, não foram remunerados pelas suas funções no exercício.

20. Partes relacionadas

As "Partes Relacionadas" respeitam às entidades "Universidade dos Açores" e "Serviços de Ação Social da Universidade dos Açores". A Fundação não detém participações em nenhuma entidade não exercendo assim qualquer controlo.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, registaram-se as seguintes transações com partes relacionadas:

Transações	31-Dez-18	31-Dez-17
Vendas	0.00	0.00
Prestação de serviços	0.00	20.00
Subsídios / Donativos Obtidos	0.00	0.00
Compras / Serviços Contratados	12,088.56	18,903.39
Universidade dos Açores	4,630.40	5,055.59
Serviços de Ação Social da Univ. dos Açores	7,458.16	13,847.80
Subsídios / Donativos Concedidos	0.00	0.00
Cedência posição contratual projetos	0.00	5,364.00

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, as partes relacionadas não registavam saldos a receber ou a pagar.

Apenas a Vogal do Conselho Diretivo, Dra. Nélia Ferreira foi remunerada pelo exercício das suas funções. Os restantes membros dos órgãos sociais, nomeadamente do Conselho Diretivo, não foram remunerados pelas suas funções no exercício conforme nota 19. O Presidente do Conselho Geral da Fundação Gaspar Frutuoso é por inerência do número 10º dos Estatutos da Fundação Gaspar

Frutuoso o Magnífico Reitor da Universidade dos Açores. Não se identificaram membros próximos da família dos órgãos de gestão na entidade e suas partes relacionadas.

21. Relato por Segmentos

A entidade não procede ao relato por segmentos considerando que as actividades promovidas encontram-se diretamente relacionadas com o seu objecto principal sendo os serviços prestados de consultoria técnica e científica.

23. Outras divulgações

23.1 Fornecimentos e Serviços Externos

Esta rubrica registava nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, os seguintes valores:

Rúbricas	31-Dez-18	31-Dez-17
Subcontratos		
Serviços especializados	889,763.83	861,714.90
Materiais	250,837.60	146,219.61
Energia e fluidos	71,844.92	68,705.88
Deslocações, estadas e transportes	351,543.33	294,778.20
Serviços diversos	213,638.79	271,599.45
Rendas e Alugueres	3,823.37	177,939.99
Comunicação	24,693.08	27,202.45
Seguros	32,434.72	2,958.37
Outros	152,687.62	63,498.64
	<u>1,777,628.47</u>	<u>1,643,018.04</u>

Os valores registados estão de acordo com a execução nos anos indicados das diversas ações e projetos no âmbito das actividades de investigação e eventos realizados, contratualizados com as várias entidades financiadoras. O aumento registado nesta rubrica resulta do incremento da execução de despesas associadas a projectos de investigação no ano de 2018.

23.2 Transferências Correntes e Subsídios Concedidos

Esta rubrica registava nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, os seguintes valores:

Rúbricas	31-Dez-18	31-Dez-17
Bolsas de investigação	293,604.66	256,151.71
	<u>293,604.66</u>	<u>256,151.71</u>

Em 31 de Dezembro a Fundação contava 24 Bolseiros, mais 4 bolseiros quando comparado com o ano de 2017. Ao longo do ano ano de 2018 auferiram bolsas de investigação um total de 31 bolseiros.

23.3 Outros Rendimentos e Ganhos

A rubrica de "outros rendimentos e ganhos" registava nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, os seguintes valores:

Rúbricas	31-Dez-18	31-Dez-17
Subsídios ao investimento	35,031.38	98,508.01
Correcções exercícios anteriores	12,471.99	2,554.46
Outros rendimentos e ganhos	4,885.77	409.49
	<u>52,389.14</u>	<u>101,471.96</u>

23.4 Outros Gastos e Perdas

Os "outros gastos e perdas", nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, foram os seguintes:

Rúbricas	31-Dez-18	31-Dez-17
Impostos	495,07	723,51
Correcções de exercícios anteriores	39,556,75	15,703,74
Outros gastos e perdas	0,00	102,00
	40,051,82	16,529,25

23.5 Gastos de Depreciação

Os "gastos com depreciações" registados nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 foram os seguintes:

Rúbricas	31-Dez-18	31-Dez-17
Propriedades de investimento		
Ativos fixos tangíveis	114,301,09	158,319,10
Ativos intangíveis	815,13	445,65
	115,116,22	158,764,75

O Contabilista Certificado

O Conselho Diretivo

ANEXO IV. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



**RELATÓRIO E PARECER
DO FISCAL ÚNICO**

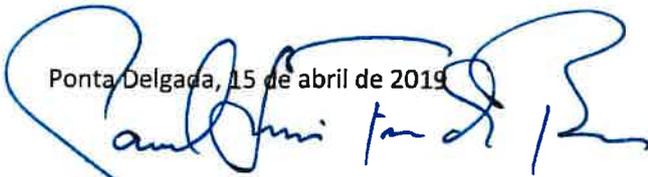
Aos membros do Conselho Geral,

Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, e tendo examinado oportunamente o Relatório e Conta de Gerência do Conselho Diretivo da **Fundação Gaspar Frutuoso, FP** (a Entidade), que, o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2018, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas e, também, as demonstrações do desempenho orçamental, da execução orçamental da receita e da despesa relativas ao período findo naquela data.

1. No desempenho das funções que lhe são cometidas, o Fiscal Único procedeu com resultados satisfatórios e com a frequência e a extensão que entendeu necessárias, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e a outros elementos comprovativos.
2. O Fiscal Único acompanhou, com a devida regularidade, a gestão da atividade da Entidade, tendo obtido do Conselho Diretivo todos os elementos, esclarecimentos e informações necessários ao cumprimento das funções que lhe competem.
3. O Fiscal Único considera que o Relatório e Conta de Gerência foi elaborado em conformidade com as disposições legais em vigor, indicando de forma clara a evolução passada e previsível atividade operacional e financeira Entidade.
4. O Fiscal Único considera que as demonstrações financeiras satisfazem os preceitos legais e estatutários e refletem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício.
5. As políticas contabilísticas adotadas na preparação das contas são as constantes do Anexo às demonstrações financeiras e correspondem à correta avaliação do património social e estão em conformidade com os requisitos legais.
6. Em face do que antecede, emitimos o seguinte parecer:
 - (a) Aproveis o Relatório e Conta de Gerência, bem como o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações nos fundos patrimoniais e dos fluxos de caixa e o Anexo preparados pelo Conselho Diretivo com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e

(b) Aproveis a proposta do Conselho Diretivo sobre a aplicação de resultados do exercício.

Ponta Delgada, 15 de abril de 2019



UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)

ANEXO V. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Fundação Gaspar Frutuoso, FP** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 6.734.785 euros e um total de fundos próprios de 1.859.839 euros, incluindo um resultado líquido de 34.207 euros), a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **Fundação Gaspar Frutuoso, FP** em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião

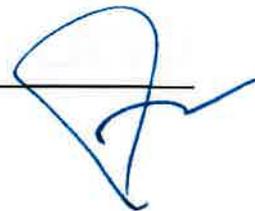
A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

A Entidade não desenvolveu ainda as bases de um sistema de contabilidade de gestão, de acordo com a NCP 27 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, que define os requisitos gerais para a sua apresentação e divulgação.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.



Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

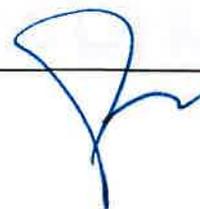
O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;



- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório e conta de gerência com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 5.878.136 euros) e a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 3.286.466 euros) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

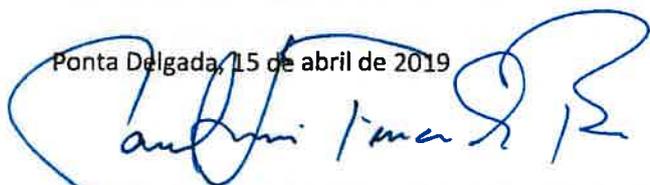
O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório e conta de gerência

Em nossa opinião, o relatório e conta de gerência foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Ponta Delgada, 15 de abril de 2019



UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)